



CRA-SP

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Relatório de gestão do exercício 2015

Relatório de gestão do exercício 2015

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno

Sumário

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	4
INTRODUÇÃO	6
2 - APRESENTAÇÃO	7
2.1 APRESENTAÇÃO	7
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	8
3.2 COMPETÊNCIAS	9
3.3 NORMAS	10
3.4 HISTÓRICO	11
3.5 ORGANOGRAMA	12
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	18
4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO	19
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	21
4.2 RESULTADOS	22
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	25
4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL	26
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	30
4.3.3 RECEITAS	31
4.3.4 DESPESAS	37
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	40
4.5 FISCALIZAÇÃO	41
4.6 INDICADORES	44
5 - GOVERNANÇA	49
5.1 GOVERNANÇA	49
5.2 DIRIGENTES	51
5.3 AUDITORIA	54
5.4 APURAÇÕES	57
5.5 GESTÃO RISCOS	58
5.6 REMUNERAÇÕES	60
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	61
6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	62

6.1 CANAIS DE ACESSO	62
6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	63
6.3 TRANSPARÊNCIA	66
6.4 ACESSIBILIDADE	67
7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	68
7.1 ORÇAMENTO	68
7.2 NCASP	69
7.3 APURAÇÃO CUSTOS	70
7.4 DEMONSTRAÇÕES	71
8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	72
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	72
8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	73
8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	76
8.1.3 GESTÃO DE RISCOS	77
8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	78
8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	79
8.2.1 SISTEMAS	80
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	81
9.1 TCU	81
9.2 INTERNO	82
9.3 DANOS AO ERÁRIO	83
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	84
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	84
11 - ANEXOS E APÊNDICES	85
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	85
ASSINATURA(S)	86

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

Lista de Quadros

- Quadro - ORÇAMENTO ANUAL
- Quadro - RECEITAS
- Quadro - DESPESAS
- Quadro - FORÇA DE TRABALHO
- Quadro - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA
- Quadro - CARGOS EM COMISSÃO

Lista de siglas e abreviações

%	Porcentagem
ADM	Administrador
ART	Artigo
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
BR	Brasil
C/	Com
CCUSTO	Centro de Custo
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFA	Conselho Federal de Administração
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRA	Conselho Regional de Administração
CRAs	Conselhos Regionais de Administração
CRA-SP	Conselho Regional de Administração de São Paulo
CRTA	Conselho Regional de Técnicos de Administração
DN	Decisão Normativa
e-CONTAS	Sistema de Prestação de Contas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GOV	Governo
IES	Instituições de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
JD	Jardim
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCASP	Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
Nº	Número
P/	Para
PA	Processo Administrativo
PAE	Processo Administrativo Ético
PF	Pessoa Física
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
SACP	Solicitação de ação corretiva/preventiva
SACPs	Solicitações de ações corretivas/preventivas
SAESP	Sindicato dos Administradores no Estado de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SIPRO	Controle de Pagamento, Recebimento e Orçamento
SP	São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UF	Unidade da Federação
UPC	Unidades Prestadoras de Contas

Introdução

Este relatório tem por finalidade apresentar o trabalho desenvolvido em 2015 pelo Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP). Pretende ainda prestar contas conforme previsto na IN-TCU 63/2010 e DN TCU 146/2015.

As informações que compõem este relatório estão estruturadas conforme Portaria TCU 321/2015 e Sistema de Prestações de Contas (e-Contas).

A linguagem e a construção dos textos foram elaboradas buscando o máximo de concisão e objetividade.

As Tabelas, Quadros e Anexos seguem a ordem em que aparecem no texto.

A leitura deste relatório proporcionará, àqueles que o lerem, condições para uma análise mais aprofundada da gestão do CRA-SP, realizada em 2015.

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Em 2015 o CRA-SP promoveu o seu desenvolvimento institucional; houve o incremento dos eventos realizados dentro e fora da sua sede, no intuito de trazer cada vez mais profissionais e estudantes ao Conselho; e, principalmente, o CRA-SP lutou e tem conseguido fidelizar o administrador, um de seus principais pilares.

Houve um trabalho forte para implantar o Centro de Serviços ao Administrador – em parceria com o Sindicato dos Administradores no Estado de São Paulo (SAESP). A Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Trabalho, o CIEE, a Jucesp, entre outros, instalaram postos de trabalho na sede do CRA-SP para atender aos administradores, além das mais de 800 empresas conveniadas.

Por fim, destaca-se o resultado da pesquisa feita junto aos registrados, implementada em 2015, a partir de março, na sede do CRA-SP, com 2.474 respostas. O resultado foi de 86.9% avaliações de ótimo e 12,1% de bom. Portanto, representando 99% das respostas altamente satisfatórias.

Os expressivos números mostram o esforço e o trabalho do CRA-SP na busca pela excelência, no intuito de cada vez melhor atender o seu público.

O desdobramento de todo este trabalho será demonstrado neste relatório que foi estruturado conforme IN-TCU 63/2010.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO COMPLETA	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CRA-SP	CNPJ	43.060.078/0001-04
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(11) 3087-3207
CÓDIGO CNAE	84.11.6.00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	crasp@crasp.gov.br		
PÁGINA INTERNET	www.crasp.gov.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua Estados Unidos, 889		
CIDADE	São Paulo	UF	SP
BAIRRO	Jardim América	CEP	01427001
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.2 COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

O Conselho Regional de Administração de São Paulo, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado de São Paulo, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas; possui autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema CFA/CRAs.

O Conselho Regional de Administração de São Paulo é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Administrador, bem como controlador e fiscalizador das atividades financeiras e administrativas sob sua jurisdição.

Nos termos da competência prevista na legislação vigente, caberá ao Conselho Regional de Administração de São Paulo, conforme artigo 8º da Lei 4.769/65, nomenclatura da profissão alterada pela Lei 7.321/85:

“Os Conselhos Regionais de Administração (C.R.A.), com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, terão por finalidade:

- a. Dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Administração;
- b. Fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador;
- c. Organizar e manter o registro de profissionais da área de Administração;
- d. Julgar as infrações e impor as penalidades referidas nesta Lei;
- e. Expedir as carteiras profissionais dos profissionais da área de Administração;
- f. Elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo C.F.A.; e
- g. Eleger um delegado e um suplente para a assembleia de eleição dos membros do Conselho Federal, de que trata a alínea a do art.9º. (Incluída pela Lei nº 6.642, de 1979)”.

A norma supracitada ainda elenca como atribuição do Conselho a fiscalização das pessoas jurídicas que explorem a atividade de Administrador, a emissão de certidões diversas, a cobrança de anuidades dos registrados, entre outras.

Informações adicionais

3.3 NORMAS

- a. Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências”;
- b. Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências”.
- c. Lei Federal 7.321 de 13/06/1985 – “Altera a Denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos em Administração”.
- d. Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 249 de 29/12/2000.

3.4 HISTÓRICO

Embora antiga, a atividade de administrador só recentemente ganhou contornos oficiais no Brasil. Foram necessários quase 25 anos desde a criação do primeiro curso no País, em 1941, até a promulgação da Lei nº 4769, em 9 de setembro de 1965, que instituiu a profissão de nível superior, pois, até então, seus profissionais eram Técnicos em Administração, denominação que transmitia conotação de formação escolar de nível médio. Ainda assim, a aspiração dos administradores só foi totalmente atendida mais de dois anos após a publicação da Lei, por meio da edição do Decreto nº. 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que a regulamentou.

A exemplo de outras profissões liberais, a regulamentação da carreira de Administrador de Empresas previu a criação de um órgão responsável pela disciplina e fiscalização do exercício profissional: o CRTA - Conselho Regional de Técnicos de Administração. Sua missão, no entanto, era mais ampla: trabalhar pela afirmação da existência e pela fixação da profissão de administrador nos campos social, jurídico e econômico nacional.

Para sua implantação, o Ministério do Trabalho criou uma Junta Administrativa, instalada em junho de 1968 sob a presidência do administrador Carlos José Malferrari. A Junta convocou as primeiras eleições. Em 12 de dezembro de 1968, eram eleitos para o então Conselho Regional de Técnicos de Administração, em São Paulo (antigo nome do CRA-SP), os administradores Roberto Carvalho Cardoso, Demócrito Paganelli, Paulo Elysio de Andrade, Fausto Haroldo Ribeiro, Paulo Sampaio, Milton Huppert Monte Carmelo, Marilinda Pereira Nunes, José Maria Rosique Carrion e Antonio Fortino.

No mês seguinte, em 10 de janeiro de 1969, foi realizada a eleição da diretoria executiva, sendo indicado como primeiro presidente Roberto Carvalho Cardoso, tendo como vice-presidente Paulo Sampaio. A primeira reunião ordinária foi realizada duas semanas depois, quando foram estabelecidas as primeiras normas para atuação do Conselho e exame de processos, iniciando-se efetivamente o registro profissional de pessoas físicas e empresas.

Na relação de datas importantes, insere-se a aquisição da primeira sede própria, à Rua Cincinato Braga, 59, em 14 de abril de 1969, bem como a primeira reunião no novo endereço, no dia 7 de julho do mesmo ano, embora a inauguração oficial só ocorresse em 11 de dezembro de 1970.

Paralelamente às atividades do Conselho, foram criadas as bases para instalação de uma entidade Sindical. Em 1971, nasceu o Sindicato dos Administradores no Estado de São Paulo - SAESP, que foi o primeiro da categoria no Brasil.

A atuação em conjunto com o SAESP, em prol do fortalecimento da profissão, levou as duas entidades à obtenção de êxito em muitas empreitadas. Foram, por exemplo, os responsáveis pela organização do 2º Encontro Brasileiro de Administradores, em 1982, em São Paulo, evento que marcou a instituição da homenagem Administrador Emérito, título outorgado anualmente pelo Conselho a uma personalidade que tenha contribuído para a difusão bem como para o prestígio da profissão.

Outro avanço significativo foi obtido em 13 de junho de 1985, com a promulgação da Lei Federal 7321, que alterou a denominação da profissão de Técnico de Administração para Administrador. Questão aparentemente simples, a mudança demandou dez anos de intenso trabalho, que culminou em uma campanha em 1983, coordenada pelo CRA-SP, e que levou ao encaminhamento ao Ministério do Trabalho de manifestações de todas as instituições do País ligadas ao campo da Administração, tais como, universidades, faculdades, associações profissionais, sindicatos, além das assinaturas de milhares de profissionais e do apoio de centenas de Câmaras Municipais.

3.5 ORGANOGRAMA

Departamento:	RELAÇÕES EXTERNAS
Competência:	Estabelecer a relação com a sociedade; promover eventos e parcerias em benefício dos administradores.
Responsável:	Marcelo Torres
Cargo:	COORDENADOR
Data Início:	26/03/2015
Data Término:	
Departamento:	INFORMÁTICA
Competência:	Gerenciar ferramentas tecnológicas e equipamentos, softwares e estrutura de comunicação de dados; promover estrutura de comunicação entre o CRA-SP e outros; elaborar projetos visando a atualização na estrutura de T.I; prospectar novas tecnologias.
Responsável:	Welton Luiz Marques
Cargo:	ANALISTA
Data Início:	05/01/2009
Data Término:	
Departamento:	SERVIÇOS AO ADMINISTRADOR
Competência:	Gerenciar o relacionamento dos parceiros com os Administradores; fazer a ligação entre o CRA-SP e os beneficiários, por meio do atendimento presencial e ao telefone, para esclarecimentos e sugestões.
Responsável:	Vanessa Lopes
Cargo:	OUVIDORA
Data Início:	02/06/2014
Data Término:	
Departamento:	SUPERINTENDÊNCIA
Competência:	Assegurar e conduzir, estratégica e operacionalmente, a política da entidade em todas as áreas do CRA-SP. Dar suporte gerencial e estrutural às áreas e às seccionais; promover a integração da Presidência com o corpo diretivo do Conselho.
Responsável:	Tenisson de Oliveira e Silva
Cargo:	ASSESSOR
Data Início:	23/02/2015
Data Término:	
Departamento:	SECCIONAL DE RIBEIRÃO PRETO
Competência:	Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.
Responsável:	Fátima Angelica Romagnolli Moura
Cargo:	COORDENADOR
Data Início:	12/04/2013
Data Término:	
Departamento:	SECCIONAL DE SANTOS

Competência: Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.

Responsável: Renata Farias Pizarro Busch

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 29/02/2012

Data Término:

Departamento: SECRETARIA GERAL

Competência: Assistir o Presidente e Conselheiros no desempenho de suas atribuições; confeccionar atas das reuniões plenárias; gerenciar as correspondências do CFA junto à Presidência e demais áreas

Responsável: Marilda Aparecida Sammarco

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 05/06/2008

Data Término:

Departamento: COMUNICAÇÃO E MARKETING

Competência: Planejar, desenvolver e coordenar as atividades de comunicação com vistas a aprimorar o fluxo de informações com o público interno e externo, de acordo com os objetivos estratégicos do CRA-SP.

Responsável: Maria Cecilia Monteiro Stroka

Cargo: ASSESSOR

Data Início: 27/08/2013

Data Término:

Departamento: SECCIONAL DE CAMPINAS

Competência: Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.

Responsável: Elcio Eidi Itida

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 29/02/2012

Data Término:

Departamento: PRESIDÊNCIA

Competência: Administrar, estabelecer diretrizes, representar legalmente o CRA-SP e presidir sessões plenárias; constituir comissões e grupos de trabalho; autorizar despesas; adotar providências e atos de gestão administrativa necessários aos interesses do órgão

Responsável: Roberto Carvalho Cardoso

Cargo: PRESIDENTE

Data Início: 12/01/2015

Data Término: 31/12/2016

Departamento: CONTROLADORIA

Competência: Planejar e organizar as atividades da contabilidade geral; elaborar e acompanhar o Orçamento e fazer as reformulações orçamentárias; manter os registros dos bens patrimoniais e fazer inventário anual. Planejar e executar auditorias.

Responsável: Luiz Carlos Silva

Cargo: SUPERVISOR

Data Início: 14/03/2011

Data Término:

Departamento: RELAÇÕES ACADÊMICAS

Competência: Apresentar o CRA-SP institucionalmente junto às IESs; conscientizar os alunos da exigibilidade legal do registro no CRA para atuação profissional; promover palestras sobre o CRA, captar registros, assessorar as Seccionais em suas atividades.

Responsável: Glaucia Aparecida Pascoaleto de Araújo

Cargo: SUPERVISOR

Data Início: 09/09/2013

Data Término:

Departamento: SECCIONAL DE SOROCABA

Competência: Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.

Responsável: Aída Rodrigues

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 29/02/2012

Data Término:

Departamento: PLENÁRIO

Competência: Órgão de deliberação em sua jurisdição. Exerce ação disciplinar; analisar processos de fiscalização; deliberar e apreciar assuntos da legislação específica, inclusive pareceres e orientações de caráter normativo.

Responsável: Roberto Carvalho Cardoso

Cargo: PRESIDENTE

Data Início: 12/01/2015

Data Término: 31/12/2016

Departamento: JURÍDICO

Competência: Assessorar legalmente à Presidência, a Diretoria, o público interno nos assuntos jurídicos pertinentes ao CRA-SP; patrocinar e acompanhar os processos judiciais, defendendo juridicamente os interesses do CRA-SP.

Responsável: Luciano de Souza

Cargo: ASSESSOR

Data Início: 27/08/2013

Data Término:

Departamento: SECCIONAL SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Competência: Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.

Responsável: Dejair Dutra de Souza

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 29/02/2012

Data Término:

Departamento:	SECCIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
Competência:	Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.
Responsável:	Manoel Barreto de Souza
Cargo:	ANALISTA
Data Início:	18/03/2013
Data Término:	

Departamento:	OUVIDORIA
Competência:	Ouvir reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e dúvidas sobre os serviços prestados; analisar e encaminhar manifestações aos setores; garantir o direito à informação; acompanhar as providências adotadas; responder às manifestações recebidas.
Responsável:	Vanessa Lopes
Cargo:	OUVIDORA
Data Início:	02/06/2014
Data Término:	

Departamento:	REGISTRO
Competência:	Efetuar o controle (registro, cancelamento, suspensão e licenciamento) de pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas para atuar na área da administração.
Responsável:	Noemi Vieira Santos
Cargo:	COORDENADOR
Data Início:	02/06/2014
Data Término:	

Departamento:	SECCIONAL DE BAURU
Competência:	Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.
Responsável:	Carlos Eduardo Sperança
Cargo:	COORDENADOR
Data Início:	02/04/2012
Data Término:	

Departamento:	SECCIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Competência:	Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação da área; fazer a conexão com as diversas áreas e departamentos; ser o braço administrativo do CRA nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.
Responsável:	Eduardo Gomes de Azevedo Jr
Cargo:	COORDENADOR
Data Início:	12/04/2013
Data Término:	

Departamento:	SERVIÇOS DE APOIO
Competência:	Executar contratação de pessoal através de concurso público; atender as obrigações legais dos contratos de trabalho. Conduzir as atribuições relacionadas aos serviços terceirizados; zelar pela

manutenção preventiva do CRA-SP.

Responsável: Fabiana Barbosa da Costa

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 31/08/2012

Data Término:

Departamento: FINANCEIRO

Competência: Supervisionar a Cobrança e Tesouraria, visando assegurar o cumprimento das obrigações financeiras e o recebimento dos créditos do CRA-SP dentro dos prazos legais; atuar na gestão dos processos de aquisições.

Responsável: Lilian Helena Nori

Cargo: COORDENADOR

Data Início: 05/06/2008

Data Término:

Departamento: FISCALIZAÇÃO

Competência: Conduzir os trabalhos de fiscalização de pessoas físicas e jurídicas no exercício profissional do administrador de acordo com a legislação vigente; assessorar as seccionais nas atividades de fiscalização e promover diligências fiscalizatórias.

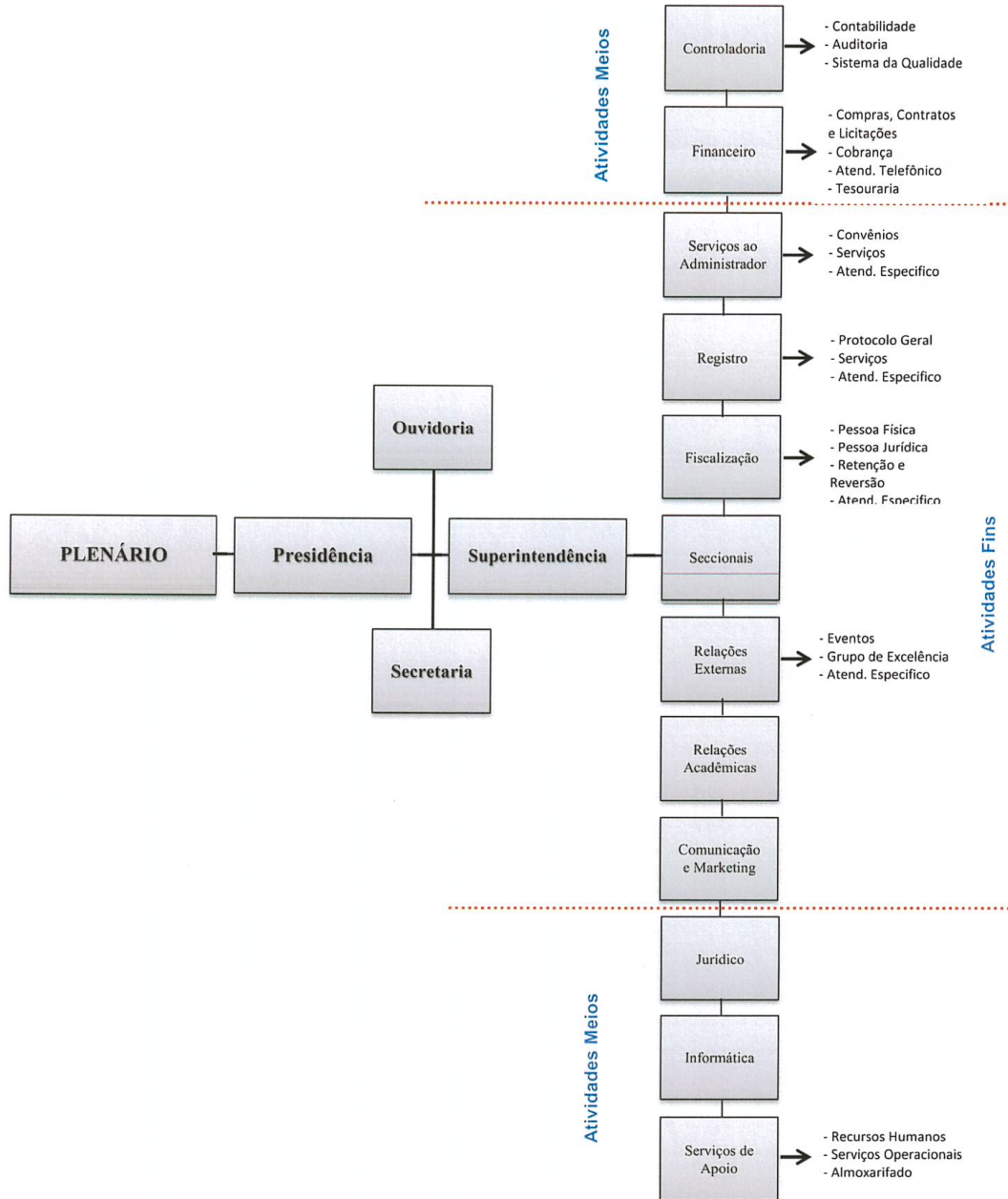
Responsável: Maria Inês Moraes

Cargo: SUPERVISOR

Data Início: 05/06/2008

Data Término:

Organograma



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

CRA-SP estabeleceu em seu Planejamento Estratégico:

Missão – Fiscalizar, defender, fortalecer e valorizar a profissão. Disseminar a importância da Ciência da Administração, promover o reconhecimento dos valores em prol da profissão de Administração, Empresas e Sociedade.

Visão – Ser referência como Entidade Representativa no campo da Administração, sendo reconhecida, valorizada e respeitada perante a Sociedade.

Valores – Competência, Justiça, Inovação, Ética, Transparência, Responsabilidade Social, Compromisso e Legalidade.

Objetivos Estratégicos:

- Incrementar ações efetivas para o registro de pessoas físicas e jurídicas junto às empresas privadas, empresas públicas, a sociedade e à captação nas IES (Instituições de Ensino Superior).
- Promover e incentivar a fidelização dos registrados com destaque no pronto atendimento e nos relacionamentos e serviços oferecidos.
- Atuar de forma estruturada e eficaz nas ações de fiscalização e cobrança para cumprir a missão do CRA.
- Criar e estruturar sistemáticas para o Desenvolvimento Institucional. Promover o Desenvolvimento Organizacional com ênfase na melhoria contínua e na gestão dos processos.
- Cuidar do cumprimento das leis, resoluções e regimentos, com destaque para os processos administrativos, financeiros e contábeis.
- Tornar o CRA atuante no interior do estado, permitindo que todas as suas ações, contemplem as pessoas físicas, jurídicas, IES (Instituições de Ensino Superior), sociedade, empresas públicas e privadas – entidades de seu relacionamento.
- Incrementar ações para visualização e definição do posicionamento do CRA perante as entidades de seu relacionamento.
- Promover maior relacionamento com as IES (Instituições de Ensino Superior) com ênfase na aproximação com os formadores de opinião – professores e coordenadores – e universitários, por meio de um representante.

4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO

O CRA-SP definiu para o exercício de 2015, um conjunto de ações para alinhar a Organização e o Planejamento traçado ao Programa de Trabalho proposto pela Gestão empossada em Janeiro/2015. Delineou-se assim uma atuação tática a ser seguida que viabilizasse, ao final do exercício, a consecução dos Objetivos Estratégicos da Entidade.

As Diretrizes traçadas de acordo às Metas Corporativas foram:

Meta 1: Desenvolver estrutura de processos do CRA abrangendo as atividades fins e de apoio da instituição. Criar e estruturar sistemáticas internas para o Desenvolvimento Organizacional

1) Racionalizar a Estrutura Organizacional visando a Excelência no Atendimento através da melhoria contínua

2) Melhorar o atendimento ao público presencial e ao telefone, eliminar reclamações e filas de espera

3) Desburocratizar serviços e processos para garantia de bom atendimento

4) Ampliar as instalações e remodelar o layout para melhor atendimento aos registrados e demais públicos

5) Adotar todas as medidas legais impostas à Entidade e pendentes de aplicação

6) Atualizar o Planejamento Estratégico do CRA-SP

Meta 2: Promover o desenvolvimento institucional e adotar ações que promovam uma maior visibilidade e conseqüente reconhecimento do CRA-SP

1) Implantar a Agenda de Eventos estabelecida para 2015

2) Retomar as ações dos Grupos de Excelência

3) Criar uma rede de relacionamento com entidades públicas e privadas visando a projeção institucional do CRA-SP

4) Viabilizar a participação de representantes do CRA-SP em Sociedades Civis (JUCESP, ARTESP)

Meta 3: Desenvolver um maior relacionamento com coordenadores, professores e universitários das IES (Instituições de Ensino Superior). Definir um representante por instituição. Promover a expansão da atuação do CRA em todo Estado de São Paulo

1) Intensificar o Programa de Relacionamento Acadêmico no Estado de São Paulo, visando

2) Atender todas as IES pertencentes a jurisdição do CRA-SP

3) Inovar fazendo o CRA-SP presente junto aos cursos técnicos do ensino médio

4) Realizar a Jornada Administrativa pelo interior com a participação dos coordenadores e estudantes das IES

Meta 4: Estabelecer ações abrangentes que fomentem o registro de pessoas físicas e jurídicas, a fidelização dos registrados e a captação junto as IES. Promover ações estruturadas e eficazes na fiscalização e cobrança em conformidade com a missão do CRA-SP

1) Implantar o Centro de Serviços aos Administradores e Empresas em parceria com o SAESP e o Clube de Serviços com diversos convênios

2) Estabelecer parceria, na área de tecnologia, junto ao Centro Estadual Paula Souza para orientar os estudantes

3) Inovar realizando eventos conjuntos com Grupos de Excelência para estudantes, Administradores e demais públicos

4) Aderir ao macro projeto do CFA “Administrador na Gestão Municipal” e cumprir as metas estabelecidas

5) implantar a célula “Retenção e Reversão” (de registrados) dentro da Fiscalização

o

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Todo o contido no Planejamento Estratégico do CRA-SP e seus desdobramentos como Planos Táticos e Operacionais, convergem para cumprimento da Missão Institucional da entidade, que por sua vez está em consonância com suas competências elencadas nos artigos 20 e 39 do Decreto 61.934/67.

Macroprocessos Finalísticos

Manter Regular o Exercício da Profissão de Administrador	Fiscalizar o Exercício da Profissão	Realizar fiscalização de Pessoas Físicas
		Realizar fiscalização de Pessoas Jurídicas
	Manter Relacionamento com o Administrador	Receber solicitações
		Emitir Carteiras
		Emitir Certidões de Regularidade
	Manter registro dos Administradores	Gerir Programa de Relacionamento Acadêmico
Gerenciar cadastro de profissionais regulamentados		
Gerar Conhecimento e Benefícios ao Administrador	Gerar conhecimento aos Administradores	Manter Grupos de Excelência
		Realizar Eventos/Cursos
	Proporcionar Benefícios aos Administradores	Manter Convênios
		Prestar Serviços

4.2 RESULTADOS

Para alcance dos Objetivos Estratégicos, o Plano Tático da Entidade foi desdobrado em ações que obtiveram os seguintes resultados:

1) Racionalização da Estrutura Organizacional visando a Excelência no Atendimento através da melhoria contínua

- Elaboração da reestruturação administrativa e a realocação dos colaboradores.
- Reorganização da unidade de “Licitações e Contratos”.

2) Melhoria do atendimento ao público presencial e ao telefone, eliminação das reclamações e filas de espera

- Uniformização de todos os colaboradores que prestam atendimento ao público.
- Implantação do controle de qualidade dos atendimentos telefônicos (pesquisa de satisfação).

3) Desburocratização dos serviços e processos para garantia de bom atendimento

- Implantação dos serviços “on line” aos profissionais e empresas registrados
- Implementação da Carteira de Identidade Profissional em policarbonato com chip de Certificação Digital.

- Reimplantação do processo virtual (digitalização) eliminando totalmente o “papel”.

4) Ampliação das instalações e remodelagem do layout para melhor atendimento aos registrados e demais públicos

- Locação e estruturação de novo imóvel contíguo às instalações do CRA-SP para atendimento aos Administradores e público em geral

- Elaboração de projeto de reforma física do imóvel pertencente às instalações do CRA-SP, denominado “Casa Sibipiruna”

- Realização de manutenção e pequenas reformas nos imóveis pertencentes às instalações do CRA-SP, denominados “Casa Figueira”, “Casa Cerejeira”, “Casa Ipê” e “Casa Manacá”

- Obtenção de cessão de materiais apreendidos pela Receita Federal e utilização dos mesmos nas atividades do CRA-SP

5) Adoção de todas as medidas legais impostas à Entidade e pendentes de aplicação

- Desenvolvimento e implantação do Portal da Transparência do CRA-SP
- Adoção, na completude, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- Adoção de todas as medidas impostas pela “Desoneração da Folha de Pagamento”
- Implantação do Almojarifado do CRA-SP

6) Atualização do Planejamento Estratégico do CRA-SP

Realização participativa da atualização do Planejamento Estratégico do CRA-SP para o período 2016/2018, através de trabalhos interativos entre as unidades organizacionais do CRA-SP e a Alta Direção.

7) Implantação da Agenda de Eventos estabelecida para 2015

- Realização de ações pelo Jubileu de Ouro da Administração incluindo evento máster para 1.400 pessoas.

- Intensificação da participação de Administradores e demais públicos nos eventos realizados pelo CRA-SP

8) Retomada das ações dos Grupos de Excelência

- Reativação dos 15 Grupos de Excelência já instituídos e criação de 04 novos Grupos.

9) Criação de uma rede de relacionamento com entidades públicas e privadas visando a projeção

institucional do CRA-SP

- Obtenção de concessão da Prefeitura de São Paulo para conservação das praças das Guianas e Nicolau Scarpa.

10) Viabilização da participação de representantes do CRA-SP em Sociedades Civis (JUCESP, ARTESP)

- Representatividade junto a diversas Sociedades Civis como JUCESP, ARTESP e outras através da atuação de seus representantes em reuniões, eventos e outros

11) Intensificação do Programa de Relacionamento Acadêmico no Estado de São Paulo, visando atender todas as IES pertencentes a jurisdição do CRA-SP

- Criação do Banco de Palestrantes

- Publicação, no site do CRA-SP, das avaliações de todas as escolas de Administração

- Implantação da realização de palestras orientativas no primeiro ano dos cursos de Administração

- Reimplantação do programa “A Faculdade vai ao CRA-SP”

- Participação em grandes eventos tais como ExpoCIEE, Uni fórum, Feiras de Universidades e Outros.

- Instituição do prêmio “Mérito Acadêmico em Administração ao Professor”, valorizando e incentivando os professores das disciplinas específicas das áreas da Administração

- Elaboração de plano para criação de banco de dados de formandos de todas as instituições de Ensino de São Paulo

12) Inovação através da presença do CRA-SP junto aos cursos técnicos do ensino médio

- Estabelecimento de parceria junto ao Centro Estadual Paula Souza para orientação dos estudantes, através de visitas às instalações do CRA-SP para participação em Palestras e outras atividades.

13) Realização da Jornada Administrativa pelo interior com a participação dos coordenadores e estudantes das IES

- Participação intensiva de coordenadores e estudantes das Instituições de Ensino Superior nos eventos realizados em todas as 08 Seccionais do CRA-SP, pela Jornada Administrativa

14) Implantação do Centro de Serviços aos Administradores e Empresas em parceria com o SAESP e o Clube de Serviços com diversos convênios

- Início dos trabalhos para implantação física do Centro de Serviços aos Administradores e Empresas dentro das instalações do CRA-SP

- Implantação de aproximadamente 850 convênios aos Administradores e Empresas, através do Clube de Serviços em parceria com o SAESP.

- Prestação de serviços de assistência jurídica trabalhista e previdenciária aos Administradores, em parceria com o SAESP

- Prestação de serviços de seguro saúde aos Administradores, em parceria com o SAESP

- Oferecimento de cursos gratuitos aos Administradores, em convênio com Banco Central do Brasil, Escola Fazendária, Sebrae, Endeavor e Receita Federal

- Criação do cadastro de beneficiários dos convênios para disponibilização on line aos parceiros

15) Inovação através da realização de eventos conjuntos com Grupos de Excelência para estudantes, Administradores e demais públicos

16) Adesão ao macroprojeto do CFA “Administrador na Gestão Municipal” e cumprimento das metas estabelecidas

- Metas estabelecidas cumpridas e lançamento da Jornada “Novos Caminhos Para a Gestão Municipal – Necessidades e Tendências”.

17) Implantação da célula “Retenção e Reversão” (de registrados) dentro da Fiscalização

- Criação do Protocolo Central para controle do recebimento e retorno das correspondências físicas e eletrônicas.

- Célula de Retenção e Reversão implantada

- A Retenção foi criada com a finalidade de esclarecer a importância do CRA-SP para o administrador no ato do cancelamento do registro. Além de conseguir 30% de desistências de cancelamento a Retenção faz um trabalho de relacionamento importante com o administrador. Mesmo aquele que cancela o registro fica ciente da missão do Conselho, dos serviços disponibilizados e a qualquer momento ele poderá reativar seu registro.

- A Reversão tem a função de trazer de volta os administradores que, no passado, cancelaram seus registros e, principalmente, restabelecer contato.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

As receitas previstas no exercício foram de R\$ 29.196.000,00, das quais foram realizadas R\$ 25.866.617,11, que representam 88,59% do total previsto.

A principal dificuldade na realização das receitas, foi a inimplância no recebimento das anuidades de pessoas físicas e jurídicas.

As despesas fixadas no exercício foram de R\$ 29.196.000,00 das quais foram liquidadas no período R\$ 20.029.650,15 que representam 68,60% sobre as fixadas, mais R\$ 378.723,46 empenhadas (restos a pagar não processado), cuja liquidação se dará no exercício de 2016, que representam 1,30% sobre as fixadas; as despesas somam assim R\$ 20.408.373,61, representando 69,90% sobre as fixadas.

O percentual não realizado nas despesas do exercício foi em decorrência de projetos que não ocorreram tais como: a reforma dos imóveis, a contratação de novos funcionários e outros materiais e serviços previstos e não contratados.

4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	0,00	29.196.000,00	0,00	1.573.000,00	0,00	1.573.000,00	0,00	29.196.000,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	0,00	26.631.000,00	0,00	1.568.000,00	0,00	336.000,00	0,00	27.863.000,00
6.2.1.1.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	995.000,00	0,00	233.000,00	0,00	88.000,00	0,00	1.140.000,00
6.2.1.1.1.01.01 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	140.000,00	0,00	89.000,00	0,00	19.000,00	0,00	210.000,00
6.2.1.1.1.01.02 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	528.000,00	0,00	114.000,00	0,00	25.000,00	0,00	617.000,00
6.2.1.1.1.01.03 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS JURÍDICAS	0,00	327.000,00	0,00	30.000,00	0,00	44.000,00	0,00	313.000,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	19.888.000,00	0,00	25.000,00	0,00	170.000,00	0,00	19.743.000,00
6.2.1.1.1.02.01 - ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	0,00	14.920.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00	0,00	14.775.000,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	0,00	14.920.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00	0,00	14.775.000,00
6.2.1.1.1.02.02 - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	0,00	4.694.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	4.669.000,00
6.2.1.1.1.02.02.01 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	0,00	4.694.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	4.669.000,00
6.2.1.1.1.02.03 - ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	274.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	299.000,00
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	0,00	211.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00
6.2.1.1.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	211.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	385.000,00	0,00	185.000,00	0,00	8.000,00	0,00	562.000,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	385.000,00	0,00	185.000,00	0,00	8.000,00	0,00	562.000,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	0,00	3.477.000,00	0,00	1.058.000,00	0,00	63.000,00	0,00	4.472.000,00

6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	537.000,00	0,00	88.000,00	0,00	63.000,00	0,00	562.000,00
6.2.1.1.1.06.02.03 - JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV. ATIVA - ANUIDADES - FASE ADMINISTRATIVA	0,00	236.000,00	0,00	30.000,00	0,00	5.000,00	0,00	261.000,00
6.2.1.1.1.06.02.03.004 - JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES - FASE ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
6.2.1.1.1.06.02.04 - JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV.ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	0,00	81.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	23.000,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	2.940.000,00	0,00	970.000,00	0,00	0,00	0,00	3.910.000,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	2.940.000,00	0,00	970.000,00	0,00	0,00	0,00	3.910.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	1.675.000,00	0,00	67.000,00	0,00	7.000,00	0,00	1.735.000,00
6.2.1.1.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	0,00	1.215.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	1.215.000,00
6.2.1.1.1.08.01.01 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE ADM.	0,00	1.120.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	1.125.000,00
6.2.1.1.1.08.01.01.003 - RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
6.2.1.1.1.08.01.02 - RECEITA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	0,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	88.000,00
6.2.1.1.1.08.01.03 - RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
6.2.1.1.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	460.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	0,00	2.565.000,00	0,00	5.000,00	0,00	1.237.000,00	0,00	1.333.000,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	2.565.000,00	0,00	5.000,00	0,00	1.237.000,00	0,00	1.333.000,00
6.2.1.1.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
6.2.1.1.2.05.02 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - SUPERAVIT FINANCEIROS	0,00	2.565.000,00	0,00	0,00	0,00	1.237.000,00	0,00	1.328.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00	29.196.000,00	0,00	1.317.717,00	0,00	1.317.717,00	0,00	29.196.000,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	0,00	29.196.000,00	0,00	1.317.717,00	0,00	1.317.717,00	0,00	29.196.000,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	26.119.000,00	0,00	1.079.717,00	0,00	1.079.717,00	0,00	26.119.000,00

6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.860.000,00	0,00	18.900,00	0,00	18.900,00	0,00	8.860.000,00
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	0,00	6.791.000,00	0,00	18.900,00	0,00	18.900,00	0,00	6.791.000,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	0,00	2.069.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.069.000,00
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	12.590.500,00	0,00	1.060.817,00	0,00	1.060.817,00	0,00	12.590.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	2.629.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	2.629.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	1.939.000,00	0,00	292.317,00	0,00	271.117,00	0,00	1.960.200,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	525.000,00	0,00	77.200,00	0,00	76.000,00	0,00	526.200,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	0,00	858.400,00	0,00	32.000,00	0,00	52.000,00	0,00	838.400,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006 - DIÁRIAS	0,00	555.600,00	0,00	183.117,00	0,00	143.117,00	0,00	595.600,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	0,00	8.022.500,00	0,00	763.500,00	0,00	784.700,00	0,00	8.001.300,00
6.2.2.1.1.01.04.04.054 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	200.000,00	0,00	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	200.000,00
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
6.2.2.1.1.01.05.01 - TRIBUTOS	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
6.2.2.1.1.01.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	117.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.500,00
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	4.528.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.528.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01 - TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	0,00	4.528.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.528.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01.002 - Outras Transferências	0,00	4.528.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.528.000,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	3.077.000,00	0,00	238.000,00	0,00	238.000,00	0,00	3.077.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	0,00	3.077.000,00	0,00	238.000,00	0,00	238.000,00	0,00	3.077.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	2.565.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	2.335.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	506.000,00	0,00	238.000,00	0,00	8.000,00	0,00	736.000,00

6.2.2.1.1.02.01.05 - INTANGÍVEL	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TOTAIS:	0,00	29.196.000,00	0,00	1.573.000,00	0,00	1.573.000,00	0,00	29.196.000,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Forma de Partilha

Sobre o montante das receitas constantes do quadro abaixo, o Conselho Regional de Administração de São Paulo transfere ao Conselho Federal de Administração a quota-parte de 20% (Transferências Correntes), de acordo com o disposto na Lei nº 4769/65, regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67, artigo nº 32 e Resolução Normativa CFA nº 151/94, artigo 2º § 1º.

A receita é partilhada da seguinte forma:

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO

Outras Contribuições Sociais – anuidades (20%)

RECEITAS DE SERVIÇOS

Renda e emolumentos com inscrição (20%)

Renda e Emolumentos com Expedição de Carteiras (20%)

Renda e Emolumentos com Expedição de Certidões (20%)

Rendas de Outros Serviços Prestados (20%)

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Multas, Juros de mora e Atualização Monetária (20%)

Receitas da Dívida Ativa (20%)

No exercício de 2015, o CRA-SP liquidou a favor do Conselho Federal de Administração – CFA, a título de cota-parte o montante de R\$ 4.199.115,37.

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	29.196.000,00	25.866.617,11	3.329.382,89
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	27.863.000,00	25.863.104,61	1.999.895,39
6.2.1.2.1.01 - 6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.140.000,00	1.129.966,72	10.033,28
6.2.1.2.1.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	210.000,00	207.222,34	2.777,66
6.2.1.2.1.01.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01.01 - Multas por Infrações de Pessoas Físicas	6.000,00	4.112,80	1.887,20
6.2.1.2.1.01.01.02 - 6.2.1.2.1.01.01.02 - Multas por Infrações de Pessoas Jurídicas	204.000,00	203.109,54	890,46
6.2.1.2.1.01.02 - 6.2.1.2.1.01.02 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS FÍSICAS	617.000,00	614.810,54	2.189,46
6.2.1.2.1.01.02.01 - 6.2.1.2.1.01.02.01 - Taxas de Registros Profissionais e Registros Provisórios - Pessoas Físicas	75.000,00	73.703,12	1.296,88
6.2.1.2.1.01.02.02 - 6.2.1.2.1.01.02.02 - Taxas de Exped. de Carteiras de Identidade Profissional e Regulariz.de Registro - Pessoas Físicas	159.000,00	158.867,08	132,92
6.2.1.2.1.01.02.03 - 6.2.1.2.1.01.02.03 - Taxas de Licenças, Solicitação de Cancelamentos e Transferências - Pessoas Físicas	323.000,00	322.772,86	227,14
6.2.1.2.1.01.02.04 - 6.2.1.2.1.01.02.04 - Taxas de Autoriz. de Respons.Técnica, Certidões, ARTE e Reg. Comprovação de Aptidão - RCA - PF	60.000,00	59.467,48	532,52
6.2.1.2.1.01.03 - 6.2.1.2.1.01.03 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS JURÍDICAS	313.000,00	307.933,84	5.066,16
6.2.1.2.1.01.03.01 - 6.2.1.2.1.01.03.01 - Taxas de Registros de Pessoas Jurídicas e Registros Secundários	30.000,00	28.144,00	1.856,00
6.2.1.2.1.01.03.02 - 6.2.1.2.1.01.03.02 - Taxas de Solicitação de Cancelamentos de Registros de Pessoas Jurídicas	21.000,00	19.772,42	1.227,58
6.2.1.2.1.01.03.03 - 6.2.1.2.1.01.03.03 - Taxas de Exped. de Certidões, Atestados e Reg. de Comprovação Aptidão-RCA a Pessoas Jurídica	258.000,00	257.182,42	817,58

6.2.1.2.1.01.03.05 - 6.2.1.2.1.01.03.05 - Taxas de Remessas de Processos de Pessoas Jurídicas em Grau de Recurso ao CFA	4.000,00	2.835,00	1.165,00
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	19.743.000,00	18.460.640,68	1.282.359,32
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	14.775.000,00	13.951.438,00	823.562,00
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	14.775.000,00	13.951.438,00	823.562,00
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Anuidades de Pessoas Físicas do Exercício	14.775.000,00	13.951.438,00	823.562,00
6.2.1.2.1.02.02 - 6.2.1.2.1.02.02 - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.669.000,00	4.230.680,25	438.319,75
6.2.1.2.1.02.02.01 - 6.2.1.2.1.02.02.01 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.669.000,00	4.230.680,25	438.319,75
6.2.1.2.1.02.02.01.001 - 6.2.1.2.1.02.02.01.001 - Anuidades de Pessoas Jurídicas do Exercício	4.669.000,00	4.230.680,25	438.319,75
6.2.1.2.1.02.03 - 6.2.1.2.1.02.03 - ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	299.000,00	278.522,43	20.477,57
6.2.1.2.1.02.03.01 - 6.2.1.2.1.02.03.01 - Anuidades de Exercícios Anteriores de Pessoas Físicas	209.000,00	191.620,66	17.379,34
6.2.1.2.1.02.03.02 - 6.2.1.2.1.02.03.02 - Anuidades de Exercícios Anteriores de Pessoas Jurídicas	90.000,00	86.901,77	3.098,23
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	211.000,00	79.030,36	131.969,64
6.2.1.2.1.04.01 - 6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	211.000,00	79.030,36	131.969,64
6.2.1.2.1.04.01.01 - 6.2.1.2.1.04.01.01 - Receitas de Locações de Espaços	211.000,00	79.030,36	131.969,64
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVICOS	562.000,00	422.478,13	139.521,87
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	562.000,00	422.478,13	139.521,87
6.2.1.2.1.05.07.01 - 6.2.1.2.1.05.07.01 - Receitas de Congressos, Seminários, Convenções e Patrocínios	238.000,00	225.000,00	13.000,00
6.2.1.2.1.05.07.04 - 6.2.1.2.1.05.07.04 - Receitas de Espaços	298.000,00	182.443,60	115.556,40

Publicitários em Publicações Institucionais			
6.2.1.2.1.05.07.05 - 6.2.1.2.1.05.07.05 - Certificações	5.000,00	2.581,57	2.418,43
6.2.1.2.1.05.07.06 - 6.2.1.2.1.05.07.06 - Vale Postal	1.000,00	516,19	483,81
6.2.1.2.1.05.07.98 - 6.2.1.2.1.05.07.98 - Recuperação de Despesas	16.000,00	8.494,52	7.505,48
6.2.1.2.1.05.07.99 - 6.2.1.2.1.05.07.99 - Outras Receitas de Prestação de Serviços	4.000,00	3.442,25	557,75
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	4.472.000,00	4.375.516,33	96.483,67
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	562.000,00	521.552,91	40.447,09
6.2.1.2.1.06.02.03 - 6.2.1.2.1.06.02.03 - JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV. ATIVA - ANUIDADES - FASE ADMINISTRATIVA	261.000,00	229.565,11	31.434,89
6.2.1.2.1.06.02.03.001 - 6.2.1.2.1.06.02.03.001 - Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Adm.	192.000,00	191.091,95	908,05
6.2.1.2.1.06.02.03.002 - 6.2.1.2.1.06.02.03.002 - Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Adm.	67.000,00	38.240,64	28.759,36
6.2.1.2.1.06.02.03.004 - 6.2.1.2.1.06.02.03.004 - JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES - FASE ADMINISTRATIVA	2.000,00	232,52	1.767,48
6.2.1.2.1.06.02.03.004.001 - 6.2.1.2.1.06.02.03.004.001 - Juros e Encargos de Mora Sobre Multas de Infração PF - Fase Adm.	2.000,00	232,52	1.767,48
6.2.1.2.1.06.02.04 - 6.2.1.2.1.06.02.04 - JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV.ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	23.000,00	15.805,49	7.194,51
6.2.1.2.1.06.02.04.001 - 6.2.1.2.1.06.02.04.001 - Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Executiva	12.500,00	9.064,37	3.435,63
6.2.1.2.1.06.02.04.002 - 6.2.1.2.1.06.02.04.002 - Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Executiva	10.500,00	6.741,12	3.758,88
6.2.1.2.1.06.02.05 - 6.2.1.2.1.06.02.05 - Juros e Encargos de Mora sobre Anuidades de PF e PJ	278.000,00	276.182,31	1.817,69
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.910.000,00	3.853.963,42	56.036,58
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.910.000,00	3.853.963,42	56.036,58

6.2.1.2.1.06.05.07.002 - 6.2.1.2.1.06.05.07.002 - Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.910.000,00	3.853.963,42	56.036,58
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.735.000,00	1.395.472,39	339.527,61
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	1.215.000,00	883.358,54	331.641,46
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE ADM.	1.120.000,00	852.973,10	267.026,90
6.2.1.2.1.08.01.01.001 - 6.2.1.2.1.08.01.01.001 - Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Administrativa	780.000,00	715.376,89	64.623,11
6.2.1.2.1.08.01.01.002 - 6.2.1.2.1.08.01.01.002 - Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Administrativa	340.000,00	137.596,21	202.403,79
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 - RECEITA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	88.000,00	26.296,21	61.703,79
6.2.1.2.1.08.01.02.001 - 6.2.1.2.1.08.01.02.001 - Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Executiva	43.000,00	17.370,93	25.629,07
6.2.1.2.1.08.01.02.002 - 6.2.1.2.1.08.01.02.002 - Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Executiva	45.000,00	8.925,28	36.074,72
6.2.1.2.1.08.01.03 - 6.2.1.2.1.08.01.03 - RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	2.000,00	1.003,50	996,50
6.2.1.2.1.08.01.03.002 - 6.2.1.2.1.08.01.03.002 - Autos de Infração - Dívida Ativa - Fase Administrativa PJ	2.000,00	1.003,50	996,50
6.2.1.2.1.08.01.04 - 6.2.1.2.1.08.01.04 - RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	5.000,00	3.085,73	1.914,27
6.2.1.2.1.08.01.04.001 - 6.2.1.2.1.08.01.04.001 - Autos de Infração - Dívida Ativa - Fase Executiva PF	5.000,00	3.085,73	1.914,27
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	520.000,00	512.113,85	7.886,15
6.2.1.2.1.08.03.99 - 6.2.1.2.1.08.03.99 - Outras Restituições	520.000,00	512.113,85	7.886,15
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	1.333.000,00	3.512,50	1.329.487,50
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.333.000,00	3.512,50	1.329.487,50
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	3.512,50	1.487,50

6.2.1.2.2.05.01.02 - 6.2.1.2.2.05.01.02 - Restituições	5.000,00	3.512,50	1.487,50
6.2.1.2.2.05.02 - 6.2.1.2.2.05.02 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - SUPERAVIT FINANCEIROS	1.328.000,00	0,00	1.328.000,00
6.2.1.2.2.05.02.01 - 6.2.1.2.2.05.02.01 - Superavit de Exercícios Anteriores	1.328.000,00	0,00	1.328.000,00

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	0,00	4.338.981,72	0,00	4.338.981,72	0,00	0,00	0,00	4.338.981,72
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - INSS Patronal	0,00	1.042.068,78	0,00	1.042.068,78	0,00	0,00	0,00	1.042.068,78
Demais elementos do grupo	0,00	1.346.656,33	0,00	1.346.656,33	0,00	0,00	0,00	1.346.656,33
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação	0,00	231.463,84	0,00	231.463,84	0,00	0,00	0,00	231.463,84
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde	0,00	1.140.174,20	0,00	1.140.174,20	0,00	0,00	0,00	1.026.671,40
6.2.2.1.1.01.04.01.006 - Auxílio Refeição	0,00	563.467,59	0,00	563.467,59	0,00	0,00	0,00	563.467,59
6.2.2.1.1.01.04.03.004.003 - Locações de Bens Imóveis	0,00	166.445,56	0,00	166.445,56	0,00	0,00	0,00	154.340,32
6.2.2.1.1.01.04.03.004.004 - Estagiários - Bolsa Auxílio Estágio	0,00	303.912,08	0,00	303.912,08	0,00	0,00	0,00	303.912,08
6.2.2.1.1.01.04.03.004.005 - Estagiário - Auxílio Refeição	0,00	145.746,00	0,00	145.746,00	0,00	0,00	0,00	145.746,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006.007 - Jetons a Conselheiros	0,00	117.963,00	0,00	117.963,00	0,00	0,00	0,00	117.963,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006.008 - Adicional de Deslocamentos a Conselheiros (Jetons)	0,00	164.052,00	0,00	164.052,00	0,00	0,00	0,00	164.052,00
6.2.2.1.1.01.04.04.008 - Serviços de Limpeza e Conservação	0,00	468.683,55	0,00	468.683,55	0,00	0,00	0,00	428.058,76

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Relatórios periódicos extraídos dos sistemas integrados e outros específicos, conforme a necessidade, são apresentados à Alta Direção, durante toda a execução dos trabalhos, sendo que a mesma tem uma participação ativa e constante dentro da organização.

4.5 FISCALIZAÇÃO

Acompanhamento da Arrecadação de Multas

CONCEITOS RELACIONADOS AOS ESTÁGIOS DAS MULTAS APLICADAS:

Aplicadas - multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas Exigíveis - multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em Definitivamente constituídas - sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;
Arrecadadas - multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;
Pendentes de inscrição no CadIn - quantidade de devedores pendentes de inscrição no CadIn por ano de competência;
Prescrição da pretensão executória - espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, Canceladas por decisão administrativa - não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;
Suspensa administrativamente - sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECAÇÃO DE MULTAS - Quantidade

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)								Validação					
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras				Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações	
						Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios			Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios
Período de Competência	Quantidade	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	875	49	-	53	-	53	-	773	-	35	-	-	-	808	-	39	-	875	-
2014														0	0			0	0
Total	875	49	0	53	0	53	0	773	0	35	0	0	0	808	0	39	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas																			

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- Quantitativos relativos aos exercícios de 2015 ou 2014, de acordo com o período de competência;
- Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada;
- Quando forem informadas multas na coluna "Multas com Risco de Prescrição Executória", estas não podem ser inseridas em outros campos, para evitar a dupla contagem.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação					
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações							
								Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios			Exercícios	Exercícios		
Período de Competência	Valores	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	2.946.280,07	0,00	-	115.884,00	-	109.622,00	-	50.181,00	-	2.699.372,07	-	140.077,00	-	-	-	-	-	-	
2014														0,00	0,00				
Total	2.946.280,07	0,00	0,00	115.884,00	0,00	109.622,00	0,00	50.181,00	0,00	2.699.372,07	0,00	140.077,00	0,00	-	-	-	-	-	
Validação do Estoque de Multas Aplicadas																			

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- Os campos devem ser preenchidos com os valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- Valores monetários relativos aos exercícios de 2015 ou 2014, de acordo com o período de competência;
- Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a parte paga como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente deve ser inserido na coluna "Demais situações".

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)		
Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	115.884,00	-
2014		
Total	115.884,00	0,00

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- Valores correntes efetivamente arrecadados;
- Valores monetários relativos aos exercícios de 2015 ou 2014, de acordo com o período de competência da multa aplicada;
- Valores consolidados referentes aos quantitativos globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	773	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	808	0
	%	Físico	$a/b \times 100$	95,67%	0,00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	35	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	808	0
	%	Físico	$a/b \times 100$	4,33%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	53	0
	Qtde	Aplicadas	b	875	0
	%	Físico	$a/b \times 100$	6,06%	0,00%
	R\$	Canceladas	c	109.622,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	2.946.280,07	0,00
	%	Financeiro	$c/d \times 100$	3,72%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	53	0
	Qtde	Aplicadas	b	875	0
	%	Físico	$a/b \times 100$	6,06%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	50.181,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	2.946.280,07	0,00
	%	Financeiro	$c/d \times 100$	1,70%	0,00%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	49	0
	Qtde	Aplicadas	b	875	0
	%	Físico	$a/b \times 100$	5,60%	0,00%
	R\$	Arrecadadas	c	115.884,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	2.946.280,07	0,00
%	Financeiro	$c/d \times 100$	3,93%	0,00%	

4.6 INDICADORES

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Indicadores específicos de Recursos Humanos

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do CRA-SP, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno,

Entretanto, existem fatores que estão fora do alcance da instituição, como por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa.

Considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

$$\frac{\text{ACIDENTE DE TRABALHO: (nº de casos X 100)}}{\text{nº de empregados}}$$

nº de casos = quantidade de acidentes de trabalho.

nº de empregados = quantidade de empregados

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $(4 \times 100) / 84$, obtém-se um índice de Acidente de Trabalho de 4,76%.

- Rotatividade (Turnover)

$$\frac{\text{ROTATIVIDADE: (ingressos + egressos) / 2 X 100}}{\text{nº de empregados}}$$

ingressos = quantidade de entradas

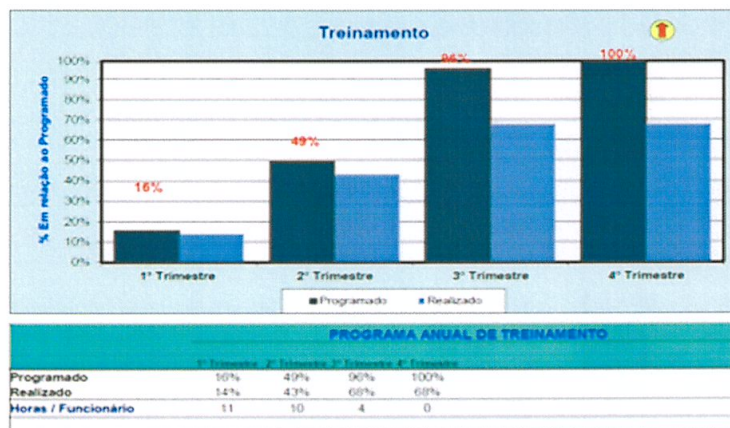
egressos = quantidade de saídas

nº de empregados = quantidade de empregados.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $\{(10+9)/2\} \times 100 / 84$, obtém-se um índice de rotatividade de 17,26%.

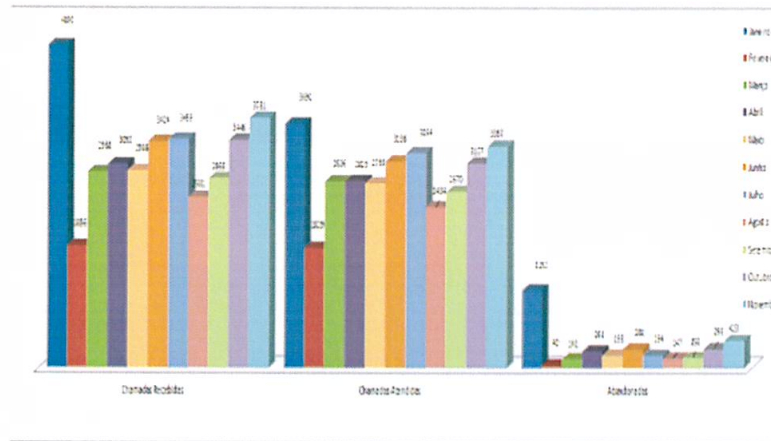
A rotatividade é um assunto que gera preocupação no âmbito empresarial, pois quando o índice apresentado é alto, certamente haverá reflexo na produtividade/operação. Caso isso ocorra deverá ser detectado os fatores que levaram ao alto índice do indicador.

PLANO ANUAL DE TREINAMENTO

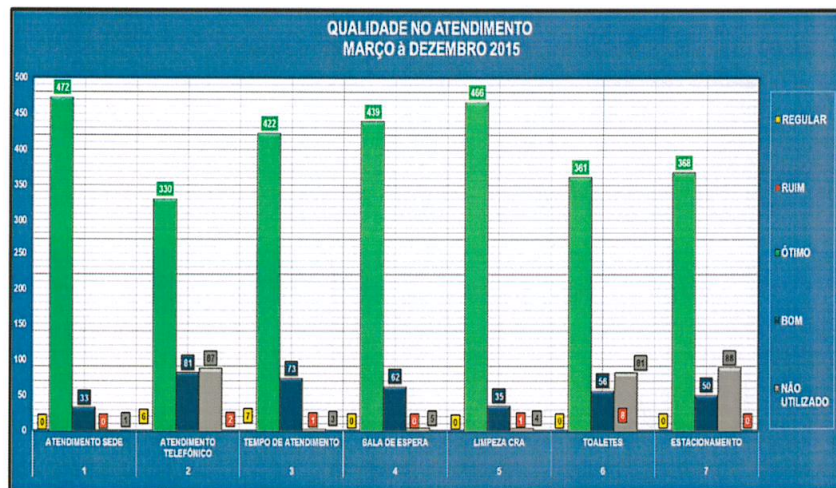


Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

ATENDIMENTO TELEFÔNICO – 2015



Planejamento Estratégico 2015



No ano de 2015, o CRA-SP recebeu 506 pesquisas de satisfação, através do atendimento presencial: Março (23); Abril (15); Maio (26); Junho (49); Julho (33); Agosto (62); Setembro (97); Outubro (77); Novembro (77); Dezembro (47)

Pesquisa de Satisfação *

NOTAS ATRIBUÍDAS AO ATENDIMENTO - 17.11 A 30.11

NOTA	QUANTIDADE
Nota 5	257
Nota 4	73
Sem Nota	58
Nota 3	11
Nota 2	3
Nota 1	3
TOTAL	405



* Realizada através de atendimento telefônico

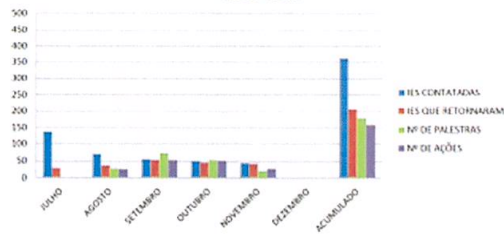
Planejamento Estratégico 2015



Programa de Relacionamento Acadêmico

BACHAREL

Total de 408 IES

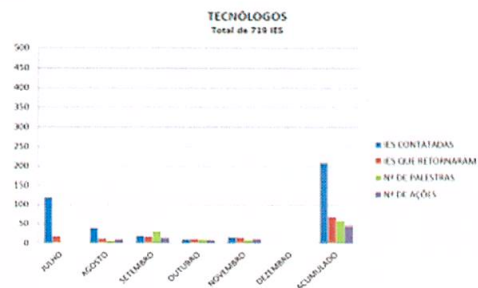


BACHAREL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
IES CONTATADAS	139	72	56	51	45		363
IES QUE RETORNARAM	29	37	53	45	42		206
Nº DE PALESTRAS	0	29	75	54	22		180
Nº DE AÇÕES	1	26	53	51	28		159

Planejamento Estratégico 2015



Programa de Relacionamento Acadêmico

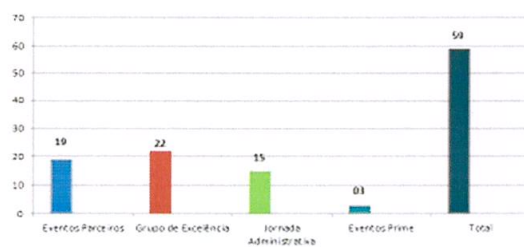


TECNÓLOGO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
ES CONTATADAS	121	41	20	11	17	17	210
ES QUE REFORMARÁM	17	11	16	10	14	14	68
Nº DE PALESTRAS	0	7	12	11	10	10	60
Nº DE AÇÕES	1	10	14	9	11	11	45

Planejamento Estratégico 2015



Eventos 2015



Tipo de Evento	Quantidade
Eventos de parceiros	19
Eventos de Grupo de Excelência	22
Jornada Administrativa – Contemplando 3 edições	15
Eventos primes	03
Total de Eventos	59
Total de Participantes	5936

Planejamento Estratégico 2015



CRA/SP

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

CNPJ: 43.060.078/0001-04

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada				Despesa Paga			
	2015		2014		2015		2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
a) Convite	1	19.742,07	0	0,00	1	19.742,07	0	0,00
d) Pregão	718	4.319.010,51	0	0,00	693	3.990.879,82	0	0,00
f) Consulta	1	130,95	0	0,00	1	130,95	0	0,00
g) Dispensa	2312	2.109.516,32	0	0,00	2380	1.859.076,27	0	0,00
h) Inexigibilidade	85	512.438,62	0	0,00	88	510.086,67	0	0,00
i) Suprimento de Fundos	34	6.483,37	0	0,00	34	6.483,37	0	0,00
j) Pagamento em Folha	912	8.341.291,10	0	0,00	1037	8.322.628,34	0	0,00
k) Diárias	183	60.550,55	0	0,00	184	60.550,55	0	0,00
l) Outros	572	4.660.486,66	0	0,00	697	4.464.013,02	0	0,00



5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

Descrição das estruturas de governança

Auditoria externa do CFA:

Base normativa: Resolução CFA nº 51/1969; atribuições: realização de auditorias regulares e especiais com ênfase na fiscalização dos sistemas orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial, pessoal e demais sistemas operacionais no âmbito do sistema CFA/CRA; Forma de atuação: as auditorias são executadas por membros do quadro de colaboradores do CFA ou através de empresa de “Auditoria Externa” contratada.

Comissão Permanente de Tomadas de Contas:

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 44 de 29 de março de 2011, constitui a Comissão Permanente de Tomada de Contas; atribuições: verificar os documentos, mensalmente, quanto aos aspectos formais e a correta apropriação nas respectivas contas, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 44/11.

Comissão de Sindicância Interna:

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 123 de 16 de setembro de 2013; atribuições: ouvir as partes e testemunhas; recolher provas para os esclarecimentos dos fatos; ouvir depoimentos das pessoas e fazer careações; determinar a realização de perícias e diligências; averiguar os antecedentes profissionais do denunciado; ultimar o relatório dos trabalhos, em um caderno processual contendo todas as informações obtidas, com objetivo de subsidiar a apreciação e definição por parte da Diretoria do Conselho. Forma de atuação: através de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) Conselheiros e 3 (três) do quadro de colaboradores do CRA-SP.

Ouvidoria:

Base normativa: art. 5º, inciso XXXIII e art. 216 § 2º da Constituição Federal e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. No CRA-SP a Reunião Plenária nº 4097, de 07 de outubro de 2013, aprovou o projeto para implantação da Ouvidoria; atribuições: buscar a aproximação do Conselho com a sociedade, de modo que se perceba a importância de uma reivindicação e do acesso direto às informações. Fomentar a responsabilidade funcional para melhoria da imagem e da gestão do Conselho, proporcionar aos gestores uma capacidade de resolutividade dos problemas, desenvolvendo ações de caráter preventivo e melhoria nos processos internos; forma de atuação: a Ouvidoria está inserida no organograma em linha de subordinação direta ao Presidente, cujo início de atividade ocorreu em 2014.

Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ):

Base normativa: ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ); atribuições: manter os processos definidos e implantados com os valores da organização sem que sofram descontinuidade; melhoria contínua tendo em vista que este é um processo essencial de manutenção e aperfeiçoamento dos serviços prestados aos profissionais e empresas de administração bem como à sociedade; forma de atuação: por meio de uma assessoria mensal e auditoria interna de manutenção do sistema da qualidade, bem como uma auditoria externa efetuada por uma empresa de certificação a cada dois anos.

Auditoria Interna

Base normativa: Art. 70 da Constituição Federal; atribuições: auditar os sistemas e as operações financeiras, incluindo o exame de observância e as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Conselho Regional de Administração de São Paulo; acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas; estabelecer e monitorar planos, planejamento de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor ao Conselho; promover diligências e elaborar relatórios por demanda da Diretoria Executiva.

5.2 DIRIGENTES

Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Plenário do Conselho Regional de Administração de São Paulo é constituído de 9 (nove) conselheiros efetivos e respectivos suplentes, eleitos diretamente pelos administradores registrados no CRA-SP.

CONSELHEIROS EFETIVOS	CONSELHEIROS SUPLENTES
Adm. Roberto Carvalho Cardoso Mandato: 07.01.2013 a 31.12.2016	Adm. Marco Antônio Sampaio de Jesus Mandato: 07.01.2013 a 31.12.2016
Adm. Silvio Pires de Paula Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. Ana Akemi Ikeda Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Claudia Márcia de Jesus Forte Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. João Luiz de Souza e Lima Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Alberto Emmanuel C. Whitaker Mandato: 07.01.2013 à 31.12.2016	Adm. Rogério Fernando de Góes Mandato: 28/01/2013 a 31/12/2016
Adm. Idalberto Chiavenato Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. Fernando de Carvalho Cardoso Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Paulo Gaspar Schlittler Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. José Vicente Messiano Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Mauro José Aita Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. Antônio Carlos Cassarro Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Francisco Rafael Pescuma Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018	Adm. Silvio José Moura e Silva Mandato: 12.01.2015 à 31.12.2018
Adm. Walter Sigollo Mandato: 07.01.2013 à 31.12.2016	Adm. Luiz Carlos Marques Ricardo Mandato: 07.01.2013 à 31.12.2016

Papéis e funcionamento dos colegiados

Comissão para a Organização dos Eventos

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 07/2015 de 20 de janeiro de 2015, constitui a Comissão para a Organização dos Eventos cujas atribuições são: avaliar o planejamento, organização, apoio logístico e contratos de serviços referentes aos eventos do CRA-SP e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 07/15, considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.215, de 19 de janeiro de 2015.

Comissão Permanente de Tomada de Contas

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 08/2015 de 20 de janeiro de 2015, constitui a Comissão de Prestação de Contas cujas atribuições são: verificar os documentos, mensalmente, quanto aos aspectos formais e a correta apropriação nas respectivas contas, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 08/15, considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.215, de 19 de janeiro de

2015.

Comissão de Patrimônio

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 09/2015 de 20 de janeiro de 2015, constitui a Comissão de Patrimônio cujas atribuições são: verificação de todos os bens patrimoniais do CRA-SP; avaliação do estado de conservação destes bens; classificação dos bens passíveis de disponibilidade; identificação dos bens pertencentes a outros setores que ainda não foram transferidos para seus setores de controle patrimonial; identificação de bens permanentes eventualmente não tombados; identificação de bens patrimonializados que eventualmente não possam ser localizados; e emissão de relatório final acerca das observações anotadas ao longo do processo do inventário, constando informações quanto aos procedimentos realizados, à situação geral do patrimônio da unidade de controle e as recomendações para corrigir as irregularidades apontadas, assim como eliminar ou reduzir o risco de sua ocorrência futura, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 09/15, considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.215, de 19 de janeiro de 2015.

Comissão p/ avaliação, negociação e, sendo viável, compra de imóveis de interesse do CRA-SP

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 14/2015 de 03 de fevereiro de 2015, constitui a Comissão cujas atribuições são: realizar avaliação, negociação e, se for o caso, aquisição de imóveis de interesse do CRA-OSP, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 4 (quatro) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 14/15, considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.219, de 02 de fevereiro de 2015.

Comissão de Estudo, Coordenação, e Acompanhamento da Reestruturação Física dos Imóveis

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 17/2015 de 24 de fevereiro de 2015, constitui a Comissão cujas atribuições são: para análise do processo de licitação nº16/2014 referente às reformas das casas do CRA-SP, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 4 (quatro) Conselheiros e 1 (um) funcionário designados na Resolução CRA-SP nº 14/15, considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.223, de 23 de fevereiro de 2015.

Comitê de Ética

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 37/2015 de 05 de maio de 2015, constitui a Comissão de Ética cujas atribuições são: Análise, discussão e a definição de ações/sanções dos Processos Administrativos (PA) e Administrativos Éticos (PAE), com aprovação do Plenário do CRA-SP. As infrações que podem demandar a abertura de processos são: suspeita de uso de diploma falso, exercício ilegal da profissão, falsificação/irregularidade de atestado de capacidade técnica, más práticas administrativas, entre outros, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento. A atuação é feita por 5 (cinco) conselheiros designados na Resolução 37/2015 considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº 4.241, de 04 de maio de 2015.

Comissão de Licitação Interna, equipe de apoio e pregoeiros

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 64/2015 de 28 de agosto de 2015, constitui a Comissão de Licitação Interna cujas atribuições são: cumprir e fazer cumprir a legislação vigente referente aos atos licitatórios, em especial a Lei 8.666/93, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento. A atuação é feita por 7 (sete) funcionários para a comissão de licitação e de 7 (sete) funcionários como equipe de apoio e pregoeiros designados na Resolução 64/2015 considerando Resolução Normativa CFA nº. 249, de 29 de dezembro de 2000.

Comissão de Editorial da Revista Administrador Profissional - RAP

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 82/2015 de 27 de outubro de 2015, constitui a Comissão de Editorial da Revista Administrador Profissional cujas atribuições são: Definir a proposta editorial da RAP; analisar e discutir as sugestões de pauta e indicações de especialistas em temas definidos; orientar a aplicação das normas editoriais nas publicações feitas na RAP; e manter a linha editorial da revista, tudo em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento. A atuação é feita por 4 (quatro) conselheiros designados na Resolução 82/2015 considerando a decisão aprovada na Reunião Plenária nº nº 4.287, de 19 de outubro de 2015.

5.3 AUDITORIA

O CRA-SP possui em sua estrutura organizacional, dentro da unidade Controladoria, duas células de Auditoria: Auditoria Interna e Auditoria Interna da Qualidade.

Uma equipe de auditores faz investigações periódicas e detalhadas, de forma independente e sistemática, confrontando as diretrizes traçadas em Procedimentos e Instruções Internas, com as atividades executadas para verificar se os resultados alcançados atendem, de maneira eficaz, às metas estabelecidas.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna examina os atos de gestão com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações, com o objetivo de verificar a exatidão, a regularidade das contas e comprovar a eficiência, a eficácia e a efetividade na aplicação dos recursos disponíveis; verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos internos e externos competentes.

Os procedimentos da Auditoria Interna são:

Planejamento

No prazo de 2 (dois) meses após o início do exercício social, será feito o Planejamento de Auditoria, onde será demonstrado o cronograma de execução das atividades de Auditoria Interna.

Aprovação

O planejamento será submetido à aprovação da Diretoria Executiva.

Modificações

O planejamento poderá ser modificado a qualquer momento para melhor se adaptar as necessidades do Conselho, mediante aprovação da diretoria executiva.

Responsabilidades

Da área de Auditoria Interna:

- Atender ao item 3.2 (Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional) da Portaria 127 do TCU;
- Auditar a probidade e a propriedade das decisões administrativas;
- Auditar os sistemas e as operações financeiras, incluindo o exame de observância e as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Conselho Regional de Administração de São Paulo;
- Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas;
- Estabelecer e monitorar planos, planejamento de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor ao Conselho;
- Promover diligências e elaborar relatórios por demanda Diretoria Executiva;

Da Diretoria Executiva:

- Revisar e aprovar o Planejamento de Auditoria Interna;

Dos Coordenadores:

- Apoiar a área de Auditoria Interna em suas atividades, fornecendo, sem restrição, informação e documentação para a realização de sua atividade;

AUDITORIA INTERNA DA QUALIDADE

A Auditoria Interna da Qualidade é a atividade formal e documentada, que utilizando o método de coleta de dados com base em evidências objetivas e imparciais, fornece informações para verificação da eficácia do Sistema da Qualidade.

Estrutura

Auditor Líder: É um Auditor Interno designado para coordenar as atividades de Auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade. Na ausência do Auditor Líder as funções do mesmo serão cumpridas pelo Representante da Direção.

Auditor Interno: Colaborador qualificado para realizar a Auditoria Interna do Sistema de Gestão da Qualidade.

Procedimentos de Auditoria

Seleção de Auditores do Sistema de Gestão da Qualidade:

A seleção dos Auditores poderá ser com os Auditores Internos do CRA, com o parceiro de serviços – Sindicato dos Administradores no Estado de São Paulo ou, terceirizados (consultoria), treinados no Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008.

Qualificação dos Auditores Internos do Sistema de Gestão da Qualidade:

A qualificação dos Auditores Internos se dá através da participação integral e efetiva no treinamento específico sobre Auditoria Interna da Qualidade.

Os Auditores Internos são avaliados quanto à execução dos trabalhos das Auditorias Internas, através das listas de verificações, o desempenho durante as auditorias e os relatórios finais.

Caso algum Auditor Interno tenha o seu desempenho considerado insuficiente, o Auditor Líder e/ou Representante da Direção pode excluí-lo do grupo de Auditores Internos do CRA-SP.

Independência dos Auditores Internos do Sistema de Gestão da Qualidade:

Os Auditores Internos são independentes dos setores e atividades auditadas a fim de manter a imparcialidade da auditoria.

Nomeação do Auditor Líder:

O Auditor Líder é um auditor interno nomeado pela Diretoria

Periodicidade da Auditoria Interna do Sistema de Gestão da Qualidade:

As Auditorias Internas serão realizadas a cada semestre: a 1ª auditoria semestral ocorrerá em todo SGQ, podendo ser fracionada desde que sejam efetuadas dentro do 1º semestre e a 2ª auditoria semestral, poderá ocorrer em todos SGQ ou somente nos processos em situação crítica: onde

mudanças organizacionais ocorreram e/ou grande nº de SACPs e/ou houver a necessidade de verificação da implementação de ações corretivas, ações preventivas ou Oportunidades de Melhorias - OM.

Responsabilidades

Auditor Líder:

- Elaborar, emitir e atualizar o Planejamento Anual de Auditoria Interna.
- Elaborar ou indicar um auditor interno para emitir o Planejamento de Auditoria Interna.
- Estabelecer os setores que deverão ser auditados na auditoria pontual.
- Emite a SACP e encaminha para o Auditado para apontar as ações ou justificativas.
- Encaminha para o Representante da Direção e Presidente para tomar ciência e aprovação das ações.
- Arquivar o Planejamento Anual de Auditoria Interna e o Relatório de Auditoria Interna.
- Avaliar o auditor interno quanto ao seu desempenho.
-
- **Representante da Direção/Diretoria:**
- Selecionar os Auditores Internos.
- Aprovar o Planejamento Anual de Auditoria Interna.
- Se necessário, solicitar a realização de auditorias internas nas áreas onde foram detectadas não conformidades, bem como nas áreas onde o número de frequências da SACP se mostrar acrescido.
- Na ausência do Auditor Líder, responder pelas funções do mesmo.
- Apresentar os resultados da auditoria na reunião de análise crítica.
-
- **Auditado:**
- Prover recursos necessários para a execução da auditoria na sua área.
- Apresentar os documentos solicitados e fornecer as informações necessárias à equipe auditora.
-
- **Equipe Auditora:**
- Receber atribuições do Auditor Líder ou de um auditor por ele indicado
- Obter e estudar previamente os documentos envolvidos na auditoria.
- Preparar o trabalho de auditoria.
- Elaborar a Lista de Verificação da auditoria.
- Executar o trabalho de auditoria.
- Emitir o Relatório de Auditoria Interna.

5.4 APURAÇÕES

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Comissão de Sindicância Interna:

A Comissão de Sindicância Interna instituída pela Resolução CRA-SP nº 123, de 16 de setembro de 2013, tem por competências: ouvir as partes e testemunhas; recolher provas para os esclarecimentos dos fatos; ouvir depoimentos das pessoas e fazer acareações; determinar a realização de perícias e diligências; averiguar os antecedentes profissionais do denunciado; ultimar o relatório dos trabalhos, em um caderno processual contendo todas as informações obtidas, com objetivo de subsidiar a apreciação e definição por parte da Diretoria do Conselho. A atuação da Comissão se dá através de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) Conselheiros e 3 (três) do quadro de colaboradores do CRA-SP.

No exercício de 2015 não houve nenhuma ocorrência

5.5 GESTÃO RISCOS

Gestão de Riscos

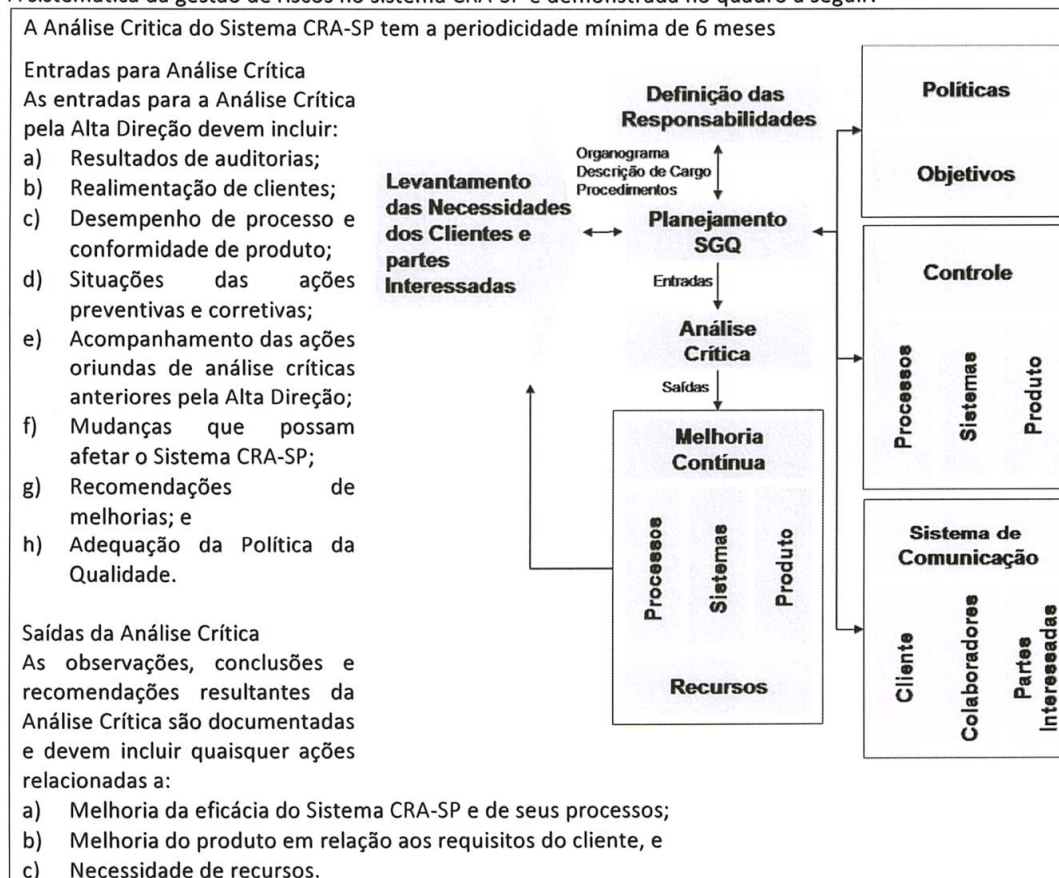
Dentro do Sistema CRA-SP, é de responsabilidade da Alta Direção a liderança estratégica, cabendo a ela:

- ✓ Estabelecer Metas e Políticas;
- ✓ Desenvolver Indicadores de Performance;
- ✓ Estabelecer o Planejamento Estratégico;
- ✓ Avaliar Exigências Legais e Infra-estrutura necessária;
- ✓ Analisar e Decidir Novas Oportunidades de organização e Infra-estrutura
- ✓ Realizar e Coordenar Planejamento

O controle da liderança estratégica ocorre através de:

- ✓ Reuniões Plenárias;
- ✓ Auditorias do Sistema;
- ✓ Propor e Gerir Ações de Melhorias; e
- ✓ Realizar Análise Crítica do Sistema.

A sistemática da gestão de riscos no sistema CRA-SP é demonstrada no quadro a seguir:



5.6 REMUNERAÇÕES

Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os Cargos de Direção, de Conselheiros do Sistema CFA/CRA e dos colegiados são exercidos de forma honorífica não sendo, portanto, efetuado qualquer tipo de pagamento como forma de remuneração. São efetuados pagamentos de jetons e deslocamento, de caráter indenizatório, quando da participação em órgãos de deliberação coletiva.

Os pagamentos de jetons e deslocamentos de 2015 obedeceram aos valores aprovados na pela Resolução CRA-SP nº 10 de 23 de janeiro de 2014.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A auditoria independente responsável pela análise da Prestação de Contas do CRA-SP é contratada pelo Conselho Federal de Administração.

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO

Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria do CRA-SP é um canal onde os profissionais registrados no Conselho e demais cidadãos podem ouvir, reclamar, elogiar, sugerir melhorias e participar, manifestando suas colocações.

Sob os princípios da ética, transparência, comprometimento, pro-atividade, equidade e cidadania, a Ouvidoria tem como missão ser um canal de intermediação entre o registrado ou a sociedade e o Conselho, atuando de forma ética e imparcial, com objetivo de acompanhar e monitorar as demandas, mediando os conflitos, aperfeiçoando os processos internos e assegurando os direitos dos registrados e demais cidadãos.

As solicitações podem ser enviadas por e-mail (ouvidoria@crasp.gov.br).

Web: http://www.crasp.gov.br/crasp/webforms/interna.aspx?secao_id=1&campo=5760

e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação.

Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

Localização: Rua Estados Unidos, 885/889 - Jd. América - São Paulo - SP

Horário de funcionamento: de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 17:30, exceto feriados.

Servidor responsável: Adm. Vanessa Lopes

Telefone de contato: (011) 3087-3200

E-mail para esclarecimento de dúvidas: esic@crasp.gov

Web: http://www.crasp.gov.br/crasp/WebForms/lista_doc.aspx?secao_id=493

6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Pesquisa de Satisfação do Cliente – implantada em março de 2015, as pesquisas são utilizadas na obtenção de informações sobre as expectativas, percepções de desempenho e preferências dos registrados sobre os serviços oferecidos pelo CRA-SP. Tais informações permitem identificar os elementos de um serviço/prazo considerados prioritários para a implementação da melhoria dos processos, serviços e infraestrutura, sendo valiosas para aprimorar a gestão e a qualidade dos serviços.

- Desburocratização dos processos e serviços para garantia de bom atendimento;
- Implantação de serviços “on line” aos profissionais e empresas registrados;
- Redução dos prazos das solicitações de serviços;
- Preenchimento de formulários e pré-cadastro via web;
- Certidões de Regularidade e Perito Judicial emitidas on-line via web;
- Instalação de terminais de Autoatendimento para os Administradores e empresas registradas;
- Ampliação da área de Atendimento telefônico;
- Implantação de serviços imediatos nas Seccionais, compatíveis com os prazos da sede.

O formulário da Pesquisa de Satisfação do Cliente encontra-se abaixo

6.3 TRANSPARÊNCIA

O CRA-SP implantou em 2015, dentro do seu sitio, a Transparência Pública, atendendo a Lei 12527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

As informações estão disponíveis no endereço eletrônico:
http://www.crasp.gov.br/crasp/WebForms/lista_secao.aspx?secao_id=417&Idioma_id=1

6.4 ACESSIBILIDADE

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Atendimento Presencial – Acesso feito por rampa;

Atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência e idosas, bem como é autorizada a entrada e permanência de cão-guia;

Banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizadas por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Espaço de eventos e palestras – Acesso feito por elevador com painel com indicação das funções em braile.

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 ORÇAMENTO

DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Os dispêndios programados pela gestão para o exercício foram cumpridos, considerando o quadro financeiro positivo.

A arrecadação do CRA-SP é sazonal, ocorrendo principalmente no primeiro trimestre do ano. Isto possibilitou que a programação dos dispêndios acompanhasse o desenvolvimento favorável da arrecadação.

As atividades operacionais não sofreram impacto negativo em decorrência da não realização total da arrecadação prevista. Os dispêndios ficaram em patamares inferiores aos ingressos por adequações realizadas pela gestão em investimentos e novas contratações que foram postergadas.

7.2 NCASP

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação de direito financeiro (Lei nº 4.320/64), aos princípios contábeis geralmente aceitos e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Os critérios para a fixação das taxas de depreciações e amortizações anuais foram estabelecidos pela Resolução CFA 428/12, quais sejam: Imobiliário em geral e Instalações 10%; Máquinas Motores e Aparelhos 20%; Bens de Informática 20%, Veículos 20%; Intangíveis - Sistema de Informática (software) 50% e outros Intangíveis 10%.

7.3 APURAÇÃO CUSTOS

No exercício de referência deste relatório o CRA-SP não realizou apuração de custos, não havendo portanto sistemática a ser descrita.

CRA/SP

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

CNPJ: 43.060.078/0001-04

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	25.866.617,11		Despesa Orçamentária	20.029.650,15	
RECEITA REALIZADA	25.866.617,11		CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	20.029.650,15	
RECEITA CORRENTE	25.863.104,61		DESPESA CORRENTE	19.990.636,23	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.129.966,72		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.727.706,83	
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	207.222,34		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.975.050,63	
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS FÍSICAS	614.810,54		TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	11.671,00	
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS JURÍDICAS	307.933,84		DEMAIS DESPESAS CORRENTES	70.338,72	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	18.460.640,68		SERVIÇOS BANCÁRIOS	6.753,68	
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	13.951.438,00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.199.115,37	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	13.951.438,00		DESPESA DE CAPITAL	39.013,92	
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.230.680,25		INVESTIMENTOS	39.013,92	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.230.680,25		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	278.522,43				
RECEITA PATRIMONIAL	79.030,36				
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	79.030,36				
RECEITA DE SERVICOS	422.478,13				
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	422.478,13				
FINANCEIRAS	4.375.516,33				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	521.552,91				
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV. ATIVA - ANUIDADES - FASE ADMINISTRATIVA	229.565,11				
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES - FASE ADMINISTRATIVA	232,52				
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV.ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	15.805,49				
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.853.963,42				
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.853.963,42				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.395.472,39				
DÍVIDA ATIVA	883.358,54				
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE ADM.	852.973,10				
RECEITA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	26.296,21				
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	1.003,50				
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	3.085,73				
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	512.113,85				
RECEITA DE CAPITAL	3.512,50				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.512,50				
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.512,50				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	60.962.880,87		Pagamentos Extraorçamentários	61.847.332,64	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	23.718.143,12		Saldo em espécie do Exercício Seguinte	28.670.658,31	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	110.547.641,10			110.547.641,10	

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

ADM.ROBERTO CARVALHO CARDOSO
PRESIDENTE
CRA-SP 000097
008.853.558-49

ADM. MAURO JOSÉ AITA
1º TESOUREIRO
CRA-SP 003402
489.489.508-00

LUIZ CARLOS SILVA
SUPERVISOR DE CONTROLADORIA
CRC-SP 75.768
058.872.598-68

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	26.631.000,00	27.863.000,00	25.863.104,61	-1.999.895,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	995.000,00	1.140.000,00	1.129.966,72	-10.033,28
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	140.000,00	210.000,00	207.222,34	-2.777,66
Multas por Infrações de Pessoas Físicas	20.000,00	6.000,00	4.112,80	-1.887,20
Multas por Infrações de Pessoas Jurídicas	120.000,00	204.000,00	203.109,54	-890,46
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS FÍSICAS	528.000,00	617.000,00	614.810,54	-2.189,46
Taxes de Registros Profissionais e Registros Provisórios - Pessoas Físicas	70.000,00	75.000,00	73.703,12	-1.296,88
Taxes de Exped. de Carteiras de Identidade Profissional e Regulariz.de Registro - Pessoas Físicas	162.000,00	159.000,00	158.867,08	-132,92
Taxes de Licenças, Solicitação de Cancelamentos e Transferências - Pessoas Físicas	265.000,00	323.000,00	322.772,86	-227,14
Taxes de Autoriz. de Respons.Técnica, Certidões, ARTE e Reg. Comprovação de Aptidão - RCA - PF	26.000,00	60.000,00	59.467,48	-532,52
Taxes de Remessas de Processos de Pessoas Físicas em Grau de Recurso ao CFA	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS JURÍDICAS	327.000,00	313.000,00	307.933,84	-5.066,16
Taxes de Registros de Pessoas Jurídicas e Registros Secundários	45.000,00	30.000,00	28.144,00	-1.856,00
Taxes de Solicitação de Cancelamentos de Registros de Pessoas Jurídicas	17.000,00	21.000,00	19.772,42	-1.227,58
Taxes de Exped. de Certidões, Atestados e Reg. de Comprovação Aptidão-RCA a Pessoas Jurídica	248.000,00	258.000,00	257.182,42	-817,58
Taxes de Remessas de Processos de Pessoas Jurídicas em Grau de Recurso ao CFA	17.000,00	4.000,00	2.835,00	-1.165,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	19.888.000,00	19.743.000,00	18.460.640,68	-1.282.359,32
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	14.920.000,00	14.775.000,00	13.951.438,00	-823.562,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	14.920.000,00	14.775.000,00	13.951.438,00	-823.562,00
Anuidades de Pessoas Físicas do Exercício	14.920.000,00	14.775.000,00	13.951.438,00	-823.562,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.694.000,00	4.669.000,00	4.230.680,25	-438.319,75
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.694.000,00	4.669.000,00	4.230.680,25	-438.319,75
Anuidades de Pessoas Jurídicas do Exercício	4.694.000,00	4.669.000,00	4.230.680,25	-438.319,75
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	274.000,00	299.000,00	278.522,43	-20.477,57
Anuidades de Exercícios Anteriores de Pessoas Físicas	194.000,00	209.000,00	191.620,66	-17.379,34
Anuidades de Exercícios Anteriores de Pessoas Jurídicas	80.000,00	90.000,00	86.901,77	-3.098,23
RECEITA PATRIMONIAL	211.000,00	211.000,00	79.030,36	-131.969,64
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	211.000,00	211.000,00	79.030,36	-131.969,64
Receitas de Locações de Espaços	211.000,00	211.000,00	79.030,36	-131.969,64
RECEITA DE SERVIÇOS	385.000,00	562.000,00	422.478,13	-139.521,87
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	385.000,00	562.000,00	422.478,13	-139.521,87
Receitas de Congressos, Seminários, Convenções e Patrocínios	80.000,00	238.000,00	225.000,00	-13.000,00
Receitas de Espaços Publicitários em Publicações Institucionais	300.000,00	298.000,00	182.443,60	-115.556,40
Certificações	0,00	5.000,00	2.581,57	-2.418,43
Vale Postal	0,00	1.000,00	516,19	-483,81
Recuperação de Despesas	1.000,00	16.000,00	8.494,52	-7.505,48
Outras Receitas de Prestação de Serviços	4.000,00	4.000,00	3.442,25	-557,75
FINANCEIRAS	3.477.000,00	4.472.000,00	4.375.516,33	-96.483,67
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	537.000,00	562.000,00	521.552,91	-40.447,09
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV. ATIVA - ANUIDADES - FASE ADMINISTRATIVA	236.000,00	261.000,00	229.565,11	-31.434,89
Adm. Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase	164.000,00	192.000,00	191.091,95	-908,05
Adm. Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase	72.000,00	67.000,00	38.240,64	-28.759,36
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES - FASE ADMINISTRATIVA	0,00	2.000,00	232,52	-1.767,48

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Adm. Juros e Encargos de Mora Sobre Multas de Infração PF - Fase	0,00	2.000,00	232,52	-1.767,48
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV.ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	81.000,00	23.000,00	15.805,49	-7.194,51
Executiva Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase	41.500,00	12.500,00	9.064,37	-3.435,63
Executiva Juros e Encargos de Mora s/Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase	39.500,00	10.500,00	6.741,12	-3.758,88
Juros e Encargos de Mora sobre Anuidades de PF e PJ	220.000,00	278.000,00	276.182,31	-1.817,69
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.940.000,00	3.910.000,00	3.853.963,42	-56.036,58
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.940.000,00	3.910.000,00	3.853.963,42	-56.036,58
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.940.000,00	3.910.000,00	3.853.963,42	-56.036,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.675.000,00	1.735.000,00	1.395.472,39	-339.527,61
DÍVIDA ATIVA	1.215.000,00	1.215.000,00	883.358,54	-331.641,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE ADM.	1.120.000,00	1.125.000,00	856.058,83	-268.941,17
Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Administrativa	780.000,00	780.000,00	715.376,89	-64.623,11
Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Administrativa	340.000,00	340.000,00	137.596,21	-202.403,79
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	0,00	5.000,00	3.085,73	-1.914,27
Autos de Infração - Dívida Ativa - Fase Executiva PF	0,00	5.000,00	3.085,73	-1.914,27
RECEITA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	95.000,00	88.000,00	26.296,21	-61.703,79
Anuidades P.F. - Div. Ativa Fase Executiva	45.000,00	43.000,00	17.370,93	-25.629,07
Anuidades P.J. - Div. Ativa Fase Executiva	50.000,00	45.000,00	8.925,28	-36.074,72
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	0,00	2.000,00	1.003,50	-996,50
Autos de Infração - Dívida Ativa - Fase Administrativa PF	0,00	0,00	0,00	0,00
Autos de Infração - Dívida Ativa - Fase Administrativa PJ	0,00	2.000,00	1.003,50	-996,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	460.000,00	520.000,00	512.113,85	-7.886,15
Outras Restituições	460.000,00	520.000,00	512.113,85	-7.886,15
RECEITA DE CAPITAL	2.565.000,00	1.333.000,00	3.512,50	-1.329.487,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.565.000,00	1.333.000,00	3.512,50	-1.329.487,50

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			0,00	5.000,00	3.512,50	-1.487,50
Restituições			0,00	5.000,00	3.512,50	-1.487,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - SUPERAVIT FINANCEIROS			2.565.000,00	1.328.000,00	0,00	-1.328.000,00
Superavit de Exercícios Anteriores			2.565.000,00	1.328.000,00	0,00	-1.328.000,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			29.196.000,00	29.196.000,00	25.866.617,11	-3.329.382,89
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			29.196.000,00	29.196.000,00	25.866.617,11	-3.329.382,89
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	26.119.000,00	26.119.000,00	20.121.125,39	19.990.636,23	19.196.853,14	5.997.874,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.860.000,00	8.860.000,00	6.727.706,83	6.727.706,83	6.727.706,83	2.132.293,17
REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.791.000,00	6.791.000,00	5.116.833,11	5.116.833,11	5.116.833,11	1.674.166,89
Salários	5.232.000,00	5.213.100,00	4.338.981,72	4.338.981,72	4.338.981,72	874.118,28
Férias	490.000,00	490.000,00	66.473,83	66.473,83	66.473,83	423.526,17
13º Salário	490.000,00	490.000,00	404.313,60	404.313,60	404.313,60	85.686,40
Abono Pecuniário de Férias	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00
1/3 de Férias - CF/88	165.000,00	165.000,00	21.986,84	21.986,84	21.986,84	143.013,16
Horas Extras	12.000,00	23.900,00	23.680,16	23.680,16	23.680,16	219,84
Adicional Noturno	0,00	2.000,00	79,30	79,30	79,30	1.920,70
Indenizações Trabalhistas	60.000,00	60.000,00	56.368,50	56.368,50	56.368,50	3.631,50
Bonificação por Metas e Resultados	245.000,00	245.000,00	202.610,76	202.610,76	202.610,76	42.389,24
Gratificação	0,00	5.000,00	2.338,40	2.338,40	2.338,40	2.661,60
ENCARGOS PATRONAIS	2.069.000,00	2.069.000,00	1.610.873,72	1.610.873,72	1.610.873,72	458.126,28
INSS Patronal	1.394.000,00	1.394.000,00	1.042.068,78	1.042.068,78	1.042.068,78	351.931,22
FGTS	607.000,00	607.000,00	518.699,52	518.699,52	518.699,52	88.300,48
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	68.000,00	68.000,00	50.105,42	50.105,42	50.105,42	17.894,58

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.590.500,00	12.590.500,00	9.105.539,79	8.975.050,63	8.380.634,06	3.484.960,21
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.629.000,00	2.629.000,00	2.098.420,93	2.098.420,93	1.978.526,85	530.579,07
Auxílio Transporte	48.000,00	48.000,00	32.807,53	32.807,53	32.807,53	15.192,47
Auxílio Alimentação	341.000,00	341.000,00	231.463,84	231.463,84	231.463,84	109.536,16
Plano de Saúde	1.225.000,00	1.220.000,00	1.140.174,20	1.140.174,20	1.026.671,40	79.825,80
Plano Odontológico	21.000,00	26.000,00	24.756,95	24.756,95	22.528,43	1.243,05
Auxílio Educação/Creche	72.000,00	72.000,00	55.629,34	55.629,34	55.629,34	16.370,66
Auxilio Refeição	845.000,00	845.000,00	563.467,59	563.467,59	563.467,59	281.532,41
Previdência Privada	36.000,00	36.000,00	22.254,48	22.254,48	18.151,72	13.745,52
Auxilio ao Filho Excepcional	6.000,00	6.000,00	4.920,00	4.920,00	4.920,00	1.080,00
Estacionamento	35.000,00	35.000,00	22.947,00	22.947,00	22.887,00	12.053,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.939.000,00	1.960.200,00	1.409.199,30	1.409.199,30	1.390.390,86	551.000,70
MATERIAL DE CONSUMO	525.000,00	526.200,00	252.031,44	252.031,44	245.328,24	274.168,56
Materiais de Expediente	118.000,00	76.000,00	26.273,23	26.273,23	26.273,23	49.726,77
Impressos, Formulários e Papéis	78.000,00	78.000,00	34.509,05	34.509,05	34.509,05	43.490,95
Publicações Técnicas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Carteiras de Identidade Profissional	63.000,00	51.000,00	4.570,00	4.570,00	4.570,00	46.430,00
Bandeiras, Flâmulas e Placas	1.000,00	8.000,00	7.999,00	7.999,00	7.999,00	1,00
Materiais de Informática	21.400,00	13.400,00	697,36	697,36	697,36	12.702,64
Materiais Elétricos, Telefonia e Dados	17.000,00	17.000,00	1.369,79	1.369,79	1.369,79	15.630,21
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	8.000,00	8.000,00	1.439,00	1.439,00	1.439,00	6.561,00
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	11.000,00	17.000,00	8.999,83	8.999,83	8.999,83	8.000,17
Material de Copa e Cozinha	5.000,00	5.000,00	2.084,70	2.084,70	2.084,70	2.915,30
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0,00	8.000,00	7.688,63	7.688,63	7.688,63	311,37
Gêneros de Alimentação	75.000,00	75.000,00	36.352,16	36.352,16	36.352,16	38.647,84
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	54.000,00	76.000,00	72.641,89	72.641,89	72.641,89	3.358,11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Prêmios, Diplomas e Medalhas	39.000,00	39.000,00	21.414,04	21.414,04	14.710,84	17.585,96
Combustíveis e Lubrificantes	8.000,00	8.000,00	5.567,26	5.567,26	5.567,26	2.432,74
Peças e Acessórios Automotivos	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
Material de Proteção e Segurança	2.400,00	2.400,00	1.932,00	1.932,00	1.932,00	468,00
Material de Sinalização Visual e Outros	1.000,00	2.000,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00	350,00
Produtos Farmacêuticos	2.000,00	3.200,00	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.562,50
Ferramentas	0,00	8.000,00	4.618,10	4.618,10	4.618,10	3.381,90
Peças de Instalações não Incorporáveis ao Imobilizado	0,00	8.000,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	1.700,00
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	8.000,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	6.900,00
Outros Materiais de Consumo	13.800,00	7.800,00	3.187,90	3.187,90	3.187,90	4.612,10
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	858.400,00	838.400,00	681.724,71	681.724,71	669.619,47	156.675,29
Locações de Bens Imóveis	145.000,00	170.000,00	166.445,56	166.445,56	154.340,32	3.554,44
Estagiários - Bolsa Auxílio Estágio	364.000,00	364.000,00	303.912,08	303.912,08	303.912,08	60.087,92
Estagiário - Auxílio Refeição	172.000,00	172.000,00	145.746,00	145.746,00	145.746,00	26.254,00
Estagiário - Auxilio Transporte	72.000,00	72.000,00	53.407,50	53.407,50	53.407,50	18.592,50
Estagiário - Convênio Odontológico	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Palestrantes	82.000,00	37.000,00	4.410,00	4.410,00	4.410,00	32.590,00
INSS sobre Serviços de Autônomos	17.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços de Pessoas Físicas Diversos	2.400,00	9.400,00	7.803,57	7.803,57	7.803,57	1.596,43
DIÁRIAS	555.600,00	595.600,00	475.443,15	475.443,15	475.443,15	120.156,85
Diárias a Conselheiros	10.000,00	53.000,00	43.365,05	43.365,05	43.365,05	9.634,95
Adicional de Deslocamentos a Conselheiros (Diárias)	10.000,00	10.000,00	7.250,40	7.250,40	7.250,40	2.749,60
Diárias a Colaboradores Eventuais	2.000,00	7.000,00	3.952,90	3.952,90	3.952,90	3.047,10
Adicional de Deslocamento a Colaboradores Eventuais (Diárias)	1.000,00	1.000,00	424,00	424,00	424,00	576,00
Diárias a Funcionários	47.000,00	15.883,00	7.440,60	7.440,60	7.440,60	8.442,40

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Adicional de Deslocamento a Funcionários (Diárias)	8.000,00	8.000,00	2.459,20	2.459,20	2.459,20	5.540,80
Jetons a Conselheiros	141.600,00	141.600,00	117.963,00	117.963,00	117.963,00	23.637,00
Adicional de Deslocamentos a Conselheiros (Jetons)	270.000,00	195.000,00	164.052,00	164.052,00	164.052,00	30.948,00
Representações a Conselheiros	15.000,00	5.000,00	2.736,00	2.736,00	2.736,00	2.264,00
Adicional de Deslocamento a Conselheiros (Representações)	5.000,00	5.000,00	4.196,00	4.196,00	4.196,00	804,00
Representações a Colaboradores Eventuais	15.000,00	8.000,00	5.688,00	5.688,00	5.688,00	2.312,00
Adicional de Deslocamento a Colaboradores Eventuais (Representações)	5.000,00	15.000,00	10.686,00	10.686,00	10.686,00	4.314,00
Representações a Funcionários	21.000,00	29.117,00	28.961,00	28.961,00	28.961,00	156,00
Adicional de Deslocamento a Funcionários (Representações)	5.000,00	5.000,00	191,00	191,00	191,00	4.809,00
Aux.Designação por Representação Cerimonial (Conselheiros ou Profissionais)	0,00	15.000,00	7.387,00	7.387,00	7.387,00	7.613,00
Aux.Designação por Apresentação do CRA-SP (Conselheiros ou Profissionais)	0,00	15.000,00	11.717,00	11.717,00	11.717,00	3.283,00
Aux.Designação por Apresentação das Áreas da Adm. (Conselheiros ou Profissionais)	0,00	27.000,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	3.240,00
Indenização de Deslocamento - Designações	0,00	40.000,00	33.214,00	33.214,00	33.214,00	6.786,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	8.022.500,00	8.001.300,00	5.597.919,56	5.467.430,40	5.011.716,35	2.403.380,44
Serviço de Assessoria Administrativa	29.000,00	44.000,00	37.911,72	37.911,72	35.602,17	6.088,28
Serviços de Assessoria Jurídica	0,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	0,00
Serviços de Informática	30.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Serviços de Limpeza e Conservação	559.000,00	559.000,00	468.683,55	468.683,55	428.058,76	90.316,45
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	871.000,00	741.000,00	431.049,34	431.049,34	394.789,02	309.950,66
Serviços de Medicina do Trabalho	18.000,00	16.800,00	14.189,27	14.189,27	13.105,67	2.610,73
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional	355.000,00	347.000,00	111.129,24	106.104,24	105.054,24	235.870,76
Serviços de Intermediação de Estágios e Jovem Aprendiz	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Serviços Fotográficos e Vídeos	31.600,00	31.600,00	6.170,99	6.170,99	6.170,99	25.429,01
Serviço de Divulgação Institucional	270.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Serviços Gráficos	0,00	40.000,00	5.740,56	5.740,56	0,00	34.259,44

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviços Técnicos Especializados	0,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	0,00
Seguros em geral	26.000,00	26.000,00	7.900,04	7.008,36	7.008,36	18.099,96
Serviços de Recorte de Jornais e Assemelhados	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	381.000,00	381.000,00	189.130,12	189.130,12	162.920,37	191.869,88
Locação de Bens Imóveis	65.000,00	188.000,00	149.305,60	149.305,55	111.418,00	38.694,40
Condomínios	71.000,00	77.000,00	74.690,00	74.690,00	73.759,72	2.310,00
Manutenção e Conservação de Bens Móveis	63.000,00	63.000,00	40.462,94	40.462,94	38.233,27	22.537,06
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	12.000,00	12.000,00	225,00	225,00	225,00	11.775,00
Manutenção e Conservação de Veículos	2.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00
Serviços de Energia Elétrica	66.000,00	126.000,00	123.889,61	123.889,61	122.495,64	2.110,39
Serviços de Água e Esgoto	51.600,00	51.600,00	49.926,63	49.926,63	47.639,49	1.673,37
Serviços Postais	914.450,00	919.950,00	919.741,20	919.741,20	727.265,34	208,80
Serviços de Telecomunicações	160.000,00	160.000,00	63.728,87	63.728,87	63.614,69	96.271,13
Serviços de Internet e Data Center	271.000,00	271.000,00	79.993,75	79.993,75	73.831,72	191.006,25
Serviço de Manutenção Sistema de Informática e Licenciamento	642.000,00	502.000,00	401.779,51	401.779,51	366.296,91	100.220,49
Assinaturas	14.000,00	17.000,00	13.795,67	13.795,67	13.795,67	3.204,33
Publicações de Editais Anúncios e Matérias	66.000,00	76.000,00	54.618,13	54.618,13	54.618,13	21.381,87
Serviços Gráficos de Revistas e Assemelhados	383.000,00	383.000,00	353.401,82	353.401,82	324.253,17	29.598,18
Cópias e Microfilmagem de Documentos	2.000,00	2.000,00	102,00	102,00	102,00	1.898,00
Encadernação de Documentos	3.000,00	4.000,00	3.013,52	3.013,52	3.013,52	986,48
Serviços de Alimentação	81.000,00	101.000,00	79.902,82	79.902,82	78.422,82	21.097,18
Tarifas de Cobrança Bancária - Anuidades	85.000,00	85.000,00	72.787,83	72.787,83	72.787,83	12.212,17
Serviços de Organização de Eventos	1.570.000,00	1.372.000,00	1.106.694,40	1.106.694,40	1.106.694,40	265.305,60
Serviços de Manutenção e Guarda de Arquivos	19.000,00	19.000,00	5.750,00	5.750,00	5.750,00	13.250,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	200.000,00	200.000,00	102.621,51	102.621,51	97.970,64	97.378,49
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres a Conselheiros	15.000,00	50.000,00	35.270,01	35.270,01	35.270,01	14.729,99

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Eventuais						
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres a Colaboradores	5.000,00	11.000,00	7.562,36	7.562,36	7.562,36	3.437,64
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres a Funcionários	10.000,00	5.000,00	1.595,17	1.595,17	1.595,17	3.404,83
Locações de Meios de Transporte	0,00	8.000,00	7.260,00	7.260,00	7.260,00	740,00
Locomoção Urbana e Reembolso de Kilometragem	160.000,00	116.000,00	48.190,19	48.190,19	43.787,92	67.809,81
Pedágios, Balsas e Estacionamento	10.000,00	10.000,00	2.743,78	2.743,78	2.495,18	7.256,22
Tarifas Administrativas de Cartões de Débito/Crédito	76.200,00	76.200,00	64.155,16	64.155,16	64.155,16	12.044,84
Fretes e Transportes de Encomendas	48.000,00	48.000,00	38.742,33	38.742,33	35.342,33	9.257,67
Gás Encanado	2.500,00	2.500,00	1.392,65	1.392,65	1.272,41	1.107,35
Manuseio de Jornal, Revista e Correspondência	60.000,00	60.000,00	53.806,66	53.806,66	49.025,38	6.193,34
Serviços de Lavanderia	4.000,00	4.000,00	1.923,60	1.923,60	1.661,00	2.076,40
Comercialização de Publicidade na RAP	40.000,00	40.000,00	34.393,70	34.393,70	30.773,70	5.606,30
Infraestrutura de Rede e Telefonia	28.000,00	28.000,00	6.704,45	6.704,45	6.704,45	21.295,55
Portal Web	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Serviços de Dedetização	12.500,00	12.500,00	11.739,00	11.739,00	10.609,50	761,00
Serviços de Telecomunicação - Links Dedicados	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Revista Digital	66.000,00	66.000,00	65.631,92	65.631,92	59.994,12	368,08
Serviços de Anotações de Inadimplentes	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Serviços de Jardinagem	78.000,00	91.000,00	90.162,76	90.162,76	80.921,50	837,24
Serviços Técnicos de Engenharia	0,00	168.000,00	144.314,50	19.742,07	19.742,07	23.685,50
Diversos Serviços e Encargos	2.250,00	2.250,00	1.615,70	1.615,70	1.615,70	634,30
Congressos, Convenções e Eventos	0,00	50.000,00	42.501,49	42.501,49	42.501,49	7.498,51
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	12.000,00	12.000,00	11.671,00	11.671,00	11.671,00	329,00
TRIBUTOS	12.000,00	12.000,00	11.671,00	11.671,00	11.671,00	329,00
Taxas Diversas	12.000,00	12.000,00	11.671,00	11.671,00	11.671,00	329,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	117.500,00	117.500,00	70.338,72	70.338,72	27.274,97	47.161,28

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Sentenças Judiciais	76.000,00	76.000,00	62.582,64	62.582,64	19.582,64	13.417,36
Despesas de Exercícios Anteriores	6.000,00	6.000,00	429,80	429,80	429,80	5.570,20
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	18.000,00	18.000,00	5.751,75	5.751,75	5.751,75	12.248,25
Custas Processuais	3.500,00	3.500,00	509,99	509,99	446,24	2.990,01
Cartórios, Registros, Firmas e Autenticações	14.000,00	14.000,00	1.064,54	1.064,54	1.064,54	12.935,46
SERVIÇOS BANCÁRIOS	11.000,00	11.000,00	6.753,68	6.753,68	6.753,68	4.246,32
Tarifas de Serviços Bancários	11.000,00	11.000,00	6.753,68	6.753,68	6.753,68	4.246,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.528.000,00	4.528.000,00	4.199.115,37	4.199.115,37	4.042.812,60	328.884,63
TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	4.528.000,00	4.528.000,00	4.199.115,37	4.199.115,37	4.042.812,60	328.884,63
Outras Transferências	4.528.000,00	4.528.000,00	4.199.115,37	4.199.115,37	4.042.812,60	328.884,63
Transferências de Quota-Parte ao CFA	4.528.000,00	4.528.000,00	4.199.115,37	4.199.115,37	4.042.812,60	328.884,63
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	3.077.000,00	3.077.000,00	287.248,22	39.013,92	36.737,92	2.789.751,78
INVESTIMENTOS	3.077.000,00	3.077.000,00	287.248,22	39.013,92	36.737,92	2.789.751,78
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	2.565.000,00	2.335.000,00	0,00	0,00	0,00	2.335.000,00
Reformas	2.565.000,00	2.335.000,00	0,00	0,00	0,00	2.335.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	506.000,00	736.000,00	287.248,22	39.013,92	36.737,92	448.751,78
Mobiliário em Geral	119.500,00	111.500,00	2.223,53	2.223,53	2.223,53	109.276,47
Máquinas, Motores e Aparelhos	30.000,00	30.000,00	21.646,77	21.646,77	21.646,77	8.353,23
Veículos	0,00	230.000,00	136.491,66	0,00	0,00	93.508,34
Equipamentos de Informática	306.000,00	306.000,00	119.108,64	7.366,00	5.090,00	186.891,36
Sistemas de Processamento de Dados	50.500,00	50.500,00	0,00	0,00	0,00	50.500,00
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	0,00	8.000,00	7.777,62	7.777,62	7.777,62	222,38
INTANGÍVEL	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Marcas e Patentes	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	29.196.000,00	29.196.000,00	20.408.373,61	20.029.650,15	19.233.591,06	8.787.626,39
SUPERÁVIT	0,00	0,00	5.458.243,50	0,00	0,00	0,00

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	29.196.000,00	29.196.000,00	25.866.617,11	20.029.650,15	19.233.591,06	3.329.382,89
TOTAL	29.196.000,00	29.196.000,00	25.866.617,11	20.029.650,15	19.233.591,06	3.329.382,89

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

ADM.ROBERTO CARVALHO CARDOSO
PRESIDENTE
CRA-SP 000097
008.853.558-49

ADM. MAURO JOSÉ AITA
1º TESOUREIRO
CRA-SP 003402
489.489.508-00

LUIZ CARLOS SILVA
SUPERVISOR DE CONTROLADORIA
CRC-SP 75.768
058.872.598-68

CRA/SP

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

CNPJ: 43.060.078/0001-04

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	35.719.016,00	24.054.310,65	PASSIVO CIRCULANTE	2.385.988,95	2.732.265,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28.670.658,31	23.718.143,12	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	390.931,07	354.325,97
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.582.272,68	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	266.354,52	336.167,53	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	938.676,17	1.370.975,23
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	17.511,74	145,53
ESTOQUES	198.838,81	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	891,68	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	779.401,58	716.136,44
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	65.693.891,50	66.399.619,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	259.468,39	290.681,92
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.857.875,06	3.818.651,73	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	3.857.875,06	3.818.651,73	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	61.580.341,71	62.288.842,15	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.535.926,19	2.525.580,15	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	61.130.000,00	61.418.737,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	2.085.584,48	1.655.475,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	255.674,73	292.125,25		0,00	0,00
SOFTWARES	471.609,80	471.609,80		0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	45.002,00	45.002,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA	260.937,07	224.486,55		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	2.385.988,95	2.732.265,09

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial		
			Resultados Acumulados	99.026.918,55	87.721.664,69
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.026.918,55	87.721.664,69
TOTAL	101.412.907,50	90.453.929,78	TOTAL	101.412.907,50	90.453.929,78
ATIVO FINANCEIRO	28.937.904,51	24.054.310,65	PASSIVO FINANCEIRO	2.116.660,89	2.732.265,09
ATIVO PERMANENTE	72.475.002,99	66.399.619,13	PASSIVO PERMANENTE	648.051,52	0,00
SALDO PATRIMONIAL				98.648.195,09	87.721.664,69

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	26.821.243,62	21.322.045,56

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

ADM.ROBERTO CARVALHO CARDOSO
PRESIDENTE
CRA-SP 000097
008.853.558-49

ADM. MAURO JOSÉ AITA
1º TESOUREIRO
CRA-SP 003402
489.489.508-00

LUIZ CARLOS SILVA
SUPERVISOR DE CONTROLADORIA
CRC-SP 75.768
058.872.598-68



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O Conselho Regional de Administração de São Paulo no exercício de 2015 adotou na íntegra os critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2 – Constituição, objetivo social e contexto operacional

O Conselho Regional de Administração de São Paulo, vinculado ao Conselho Federal de Administração, criado pela Lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica administrativa e financeira, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas.

3 – Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação de direito financeiro (Lei nº 4.320/64), aos princípios contábeis geralmente aceitos e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 – Balanço patrimonial

4.1 – Ativo Circulante

4.1.1- Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e estão demonstradas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial, na modalidade de Renda Fixa junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil.

4.1.2- Créditos a Curto Prazo

Os valores contabilizados neste grupo são originados de Receitas Diversas a Receber, proveniente de provisionamento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, emitidas para o exercício de 2015, não pagas até 31/12/2015.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

4.1.3- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os valores constantes deste grupo refere-se à adiantamento de férias e outros adiantamentos concedidos aos funcionários do CRA-SP, adiantamentos terceiros – fornecedores, e por recebimento de anuidades, pagas com cartões de crédito e débito, cujo crédito ocorrerá em tempo futuro.

4.1.4- Estoques

Em julho de 2015 o CRA-SP promoveu mudança na política contábil relacionada a materiais de consumo, implantando o controle através de sistema de almoxarifado. Para tanto se procedeu a um ajuste de exercícios anteriores, sensibilizando para menos no patrimônio os resultados acumulados no valor de R\$ 126.170,29, conforme inventário dos bens adquiridos em exercícios anteriores e ainda não utilizados.

Os valores constantes deste grupo refere-se ao registro do inventário de implantação do almoxarifado, referente a aquisições ocorridas em outros exercícios, bem como aquelas adquiridas no exercício de 2015, cujo consumo se dará no futuro.

4.2 – Ativo Não-Circulante

4.2.1- Ativo Realizável a Longo Prazo

4.2.1.1- Dívida Ativa

Os valores registrados neste grupo referem-se à “Dívida Ativa”, constituída de anuidades dos exercícios anteriores até 2014, vencidas e não liquidadas até 31/12/2015. Os valores formalmente registrados, não negociados, estão atualizados até 31/12/2015. Compõe também a dívida ativa os Autos de Infração, registrados pelos valores de emissão, cujos vencimentos ocorreram até 31/12/2015.

4.2.1.1.1- Provisão para ajuste da Dívida Ativa a Valores Recuperáveis

Em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, item 03.05.13, foi registrado neste grupo a “**Provisão para ajuste da dívida ativa a valores recuperáveis**”, que representam 88,7% dos valores inscritos. O percentual foi estabelecido através de estudos e levantamentos internos.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

4.2.1.2 - Imobilizado

4.2.1.2.1 - Bens Móveis

Os **bens móveis** estão escriturados pelos valores originais de aquisição. Os bens cujos valores foram consumidos em consequência das mudanças nos padrões monetários, bem como os bens adquiridos até o exercício de 2002, em atendimento à Resolução CFA 428/2012, estão registrados com o valor residual de R\$ 1,00.

	2015	2014
- Mobiliário em Geral	697.002,23	710.255,52
- Máquinas, Motores e Aparelhos	546.029,86	533.369,15
- Equipamentos de Informática	956.822,61	953.661,61
- Instalações	151.334,91	151.334,91
- Veículos	139.500,00	139.500,00
- Máquinas, Ferramentas e Utens.Oficina	7.777,62	0,00
- Outros Bens Móveis	37.458,96	37.458,96
	2.535.926,19	2.997.189,95

4.2.1.2.2 - Bens Imóveis -

Os valores dos **bens imóveis** do CRA-SP estão demonstrados ao custo de aquisição acrescidos da reavaliação conforme laudo elaborado pela empresa 2H Consultoria e Avaliações Ltda., ocorrido no exercício de 2013, em conformidade com a NBC T 16.10.

	2015	2014
- Prédios	6.800.000,00	7.088.737,00
- Terrenos	54.330.000,00	54.330.000,00
	61.130.000,00	61.418.873,37

4.2.1.3 - Depreciações e Amortizações

4.2.1.3.1 - Bens Móveis

Os critérios para a fixação das taxas de depreciações e amortizações anuais foram estabelecidos pela Resolução CFA 428/12, quais sejam: Imobiliário em geral e Instalações 10%; Máquinas Motores e Aparelhos 20%; Bens de Informática 20%, Veículos 20%; Intangíveis - Sistema de Informática (software) 50% e outros Intangíveis 10%.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Deprec. bens móveis – Saldos acumulados	2015	2014
- Mobiliário em Geral	503.343,16	468.454,76
- Máquinas, Motores e Aparelhos	448.649,87	382.018,40
- Equipamentos de Informática	617.183,48	449.460,50
- Instalações	117.851,68	102.718,00
- Veículos	117.060,00	89.160,00
- Máquinas, Ferramentas e Utens.Oficina	129,63	0,00
- Outros Bens Móveis	23.201,58	20.238,30
Total	1.827.419,40	1.512.049,96

4.2.1.3.2 - Bens Imóveis

A depreciação dos imóveis de propriedade do CRA-SP. é aplicada, amparada pelo laudo técnico emitido pela empresa 2H Consultoria e Avaliações Ltda., que individualizou cada prédio de propriedade do CRA-SP, e estabeleceu o valor da construção, o valor residual projetado, a idade aparente da construção, a idade referencial de duração, a vida útil remanescente e a taxa de depreciação.

Depreciação bens imóveis - saldos acumulados	2015	2014
- Prédios	258.165,08	143.425,04

4.2.1.3.3 - Intangíveis

Os **bens intangíveis** estão escriturados pelos valores originais de aquisição. Os bens cujos valores foram consumidos em consequência das mudanças nos padrões monetários, bem como os bens adquiridos até o exercício de 2002, em atendimento à Resolução CFA 428/2012, estão registrados com o valor residual de R\$ 1,00.

Amortizações – Saldos acumulados	2015	2014
- Marcas e Patentes	23.677,23	19.176,99
- Software	237.259,84	205.309,56
	260.937,07	224.486,55



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

4.3 – Passivo Circulante

4.3.1 - Consignações em Folha de Pagto a pagar

	2015	2014
Consignações Bancárias	33.291,00	30.579,71
INSS retido s/folha de pagamento	38.556,79	38.471,57
IRRF retido s/folha de pagamento	118.577,83	104.844,35
Contribuição Sindical retida s/folha de pagto	47,07	0,00
Mensalidade Sindical retida s/folha de pagto	161,16	391,21
Mensalidade plano odontológico	49,35	59,45
	-----	-----
	190.683,20	174.346,29

4.3.2 - Encargos Sociais a Recolher

	2015	2014
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social	126.003,95	111.833,74
FGTS	64.356,26	59.018,74
PIS	9.887,66	9.272,73
	-----	-----
	200.247,87	180.125,21

4.3.3 - Fornecedores

Do valor de R\$ 3.699,03 deste grupo, R\$ 3.673,02 se refere a valor retido de fornecedor, em decorrência de demanda administrativa.

4.3.4 - Restos a Pagar Processados

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até 31 de dezembro, totalizando R\$ 934.977,14, sendo que o montante de R\$ 752.986,67 se refere ao exercício de 2015.

4.3.5 - Obrigações Fiscais

Imposto de renda, INSS e ISS retidos de fornecedores prestadores de serviços, no montante de R\$ 17.511,74.

4.3.6 - Provisão de Férias

Provisão de Férias foi constituída com base nos períodos aquisitivos de acordo com a proporcionalidade de cada funcionário do CRA-SP em 31/12/2015, acrescidas dos respectivos encargos sociais perfazendo o total de R\$ 692.227,92.

4.3.7 - Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

O Conselho Regional de Administração de São Paulo é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso de suas atividades. Na constituição das provisões judiciais, o Conselho leva em conta o posicionamento da sua assessoria jurídica.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

A provisão foi constituída com base na expectativa do desfecho dos processos judiciais de natureza trabalhista e cível, impetrados até 31 de dezembro de 2015 em montante julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

- Processos Trabalhistas R\$ 7.000,00
- Processos Cíveis R\$ 79.001,00

4.3.8 - Depósitos de Diversas Origens

São valores provenientes de negociações de recebimento de anuidades, pagas através de cartões de débitos e créditos no montante de R\$ 232.136,54 cujos créditos ocorrerão em datas futuras, bem como outros créditos não identificados no valor de R\$ 27.331,85.

4.5 – Resultado patrimonial

O resultado patrimonial do exercício no valor de R\$ 11.305.253,86, foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, atendendo às normas contábeis em vigor. No exercício de 2015 o CRA-SP promoveu mudança na política contábil relacionada a materiais de consumo, implantando o controle através de sistema de almoxarifado. Para tanto se procedeu a um ajuste de exercícios anteriores, sensibilizando no patrimônio os resultados acumulados no valor de R\$ 126.170,29.

5 – Informações Gerais

5.1 – Riscos em processos cíveis

No exercício de 2015 procedemos à provisão de R\$ 43.000,00, referente aos processos cíveis de perdas prováveis. Observamos que há outros processos classificados como perdas possíveis que totalizam o valor de R\$ 719.702,00.

5.2 – Variações Patrimoniais - Superávit do Exercício

O superávit do exercício, conforme Demonstrativo das Variações Patrimoniais é de R\$ 11.431.424,15, maior em R\$ 126.170,29 em relação ao valor do Resultado do Balanço Patrimonial, em decorrência do ajuste promovido nos Resultados Acumulados, na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, promovido para implantação do sistema de controle de Almoxarifado, modificando assim a política de escrituração contábil.

5.3 – Variações Patrimoniais Aumentativas

No encerramento do exercício de 2015 foi constatado que alguns lançamentos contábeis efetuados ao longo do exercício, referente a receitas das Variações Patrimoniais

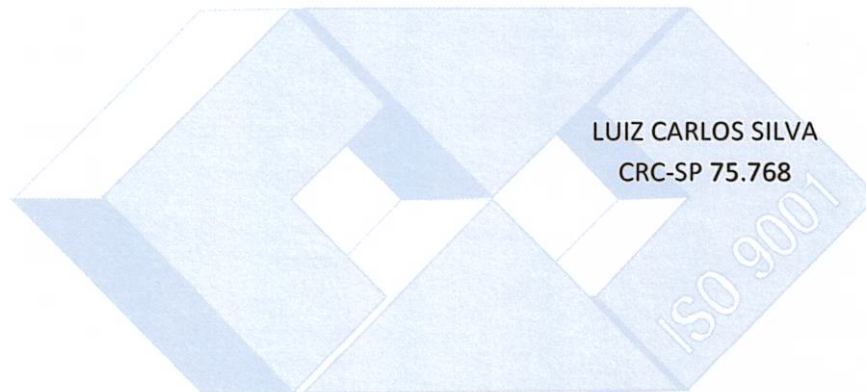


CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Aumentativas estavam em contas não pertinentes, ensejando que promovêssemos no final do ano a devida correção. Neste sentido em 31/12/2015 promovemos os seguintes lançamentos contábeis para acerto das respectivas contas: 37.371, 37.413, 37.414, 37.415, 37.416 e 37.632.

5.4 – Auditoria Independente

O CRA-SP anualmente é auditado por uma auditoria independente contratada pelo Conselho Federal de Administração.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	25.863.104,61	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.129.966,72	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	207.222,34	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS FÍSICAS	614.810,54	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS JURÍDICAS	307.933,84	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	18.460.640,68	0,00
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	13.951.438,00	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	13.951.438,00	0,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.230.680,25	0,00
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.230.680,25	0,00
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	278.522,43	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	79.030,36	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	79.030,36	0,00
RECEITA DE SERVICOS	422.478,13	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	422.478,13	0,00
FINANCEIRAS	4.375.516,33	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	521.552,91	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV. ATIVA - ANUIDADES - FASE ADMINISTRATIVA	229.565,11	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES - FASE ADMINISTRATIVA	232,52	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA s/DIV.ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	15.805,49	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.853.963,42	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.853.963,42	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.395.472,39	0,00
DÍVIDA ATIVA	883.358,54	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE ADM.	852.973,10	0,00
RECEITA DÍVIDA ATIVA - ANUIDADES - FASE EXECUTIVA	26.296,21	0,00
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	1.003,50	0,00
RECEITA DE INFRAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	3.085,73	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	512.113,85	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	60.962.880,87	0,00
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	19.990.636,23	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.727.706,83	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.975.050,63	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	11.671,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	70.338,72	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	6.753,68	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.199.115,37	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	61.847.332,64	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.988.016,61	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	3.512,50	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.512,50	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.512,50	0,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	39.013,92	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-35.501,42	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.952.515,19	0,00

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	23.718.143,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	28.670.658,31

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

ADM.ROBERTO CARVALHO CARDOSO
PRESIDENTE
CRA-SP 000097
008.853.558-49

ADM. MAURO JOSÉ AITA
1º TESOUREIRO
CRA-SP 003402
489.489.508-00

LUIZ CARLOS SILVA
SUPERVISOR DE CONTROLADORIA
CRC-SP 75.768
058.872.598-68

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	46.067.434,36	0,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	34.636.010,21	0,00
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.129.966,72	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	9.562.524,86	0,00
TAXAS	1.129.966,72	0,00	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	5.607.269,21	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	207.222,34	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	5.607.269,21	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	922.744,38	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	1.856.834,72	0,00
CONTRIBUIÇÕES	26.943.198,62	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.856.834,72	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	26.943.198,62	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.098.420,93	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	26.943.198,62	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.098.420,93	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	501.508,49	0,00	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	7.347.732,35	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	501.508,49	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	214.751,96	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	501.508,49	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	214.751,96	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	4.130.378,25	0,00	SERVIÇOS	6.644.941,97	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	276.414,83	0,00	DIARIAS	475.443,15	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	276.414,83	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	695.314,74	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	3.853.963,42	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.474.184,08	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.853.963,42	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	488.038,42	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	599,00	0,00	DEPRECIACAO	488.038,42	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	599,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	943.784,76	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	599,00	0,00	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	943.784,76	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.361.783,28	0,00	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	943.784,76	0,00
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	6.771.534,24	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.199.115,37	0,00
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	6.771.534,24	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.199.115,37	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.590.249,04	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.199.115,37	0,00
INDENIZAÇÕES	512.113,85	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	7.716.492,26	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES	6.074.405,37	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	6.242.901,05	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	6.242.901,05	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	3.729,82	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS	9.025,66	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	7.788,46	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	1.237,20	0,00
			BAIXA DA DÍVIDA ATIVA	1.464.565,55	0,00
			BAIXA DA DÍVIDA ATIVA	1.464.565,55	0,00
			TRIBUTÁRIAS	11.671,00	0,00
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.671,00	0,00
			TAXAS	11.671,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.854.689,61	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.854.689,61	0,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	4.854.689,61	0,00
Total das Variações Ativas :	46.067.434,36	0,00	Total das Variações Passivas :	34.636.010,21	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício		0,00	Superávit do Exercício	11.431.424,15	
Total	46.067.434,36	0,00	Total	46.067.434,36	0,00

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

ADM.ROBERTO CARVALHO CARDOSO
PRESIDENTE
CRA-SP 000097
008.853.558-49

ADM. MAURO JOSÉ AITA
1º TESOUREIRO
CRA-SP 003402
489.489.508-00

LUIZ CARLOS SILVA
SUPERVISOR DE CONTROLADORIA
CRC-SP 75.768
058.872.598-68

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	36.737,92	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de profissionais do CRA-SP é composto por 107 colaboradores sendo 84 empregados celetistas e 23 terceirizados.

A seguir serão demonstradas as informações sobre a gestão de pessoas, terceirização da mão de obra e a política de contratação de estagiários.

O perfil do quadro de empregados do CRA-SP é demonstrado por meio dos quadros detalhados nos tópicos a seguir.

Informações Específicas sobre Concessões Remuneratórias

- No exercício foi concedido reajuste anual de 8%, a todos os empregados, em razão da instituição não participar de acordo coletivo de trabalho.

- Foi concedida aos empregados bonificação de 53% por conta do atingimento parcial do Plano de Metas Corporativas, definido Ato Administrativo CRA-SP nº 22/2015.

- Progressão Salarial – visando a promover uma política salarial compatível com o mercado, considerando o desempenho individual de cada empregado, de forma individualizada e igualitária, os novos empregados admitidos que obtiverem avaliações positivas nos períodos de 90 (noventa) dias e 1 (um) ano poderão receber reajustes entre 8% e 22% de acordo com tabela pré-estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – Resolução Normativa CRA-SP nº 145/2013.

- Avaliação Anual de Desempenho – Os empregados avaliados positivamente poderão receber reajustes salariais de 8% a 24%, considerando a disponibilidade orçamentária e os critérios pré-estabelecidos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – Resolução Normativa CRA-SP nº 145/2013.

Capacitação e Treinamento de Pessoal

Quanto às competências necessárias ao desenvolvimento das atividades, através da realização de Avaliação de Desempenho Individual ou iniciativa própria do empregado, constatada a necessidade de aprimoramento do seu conhecimento, é solicitada a realização para a área de Recursos Humanos.

Anualmente é elaborado o PLANT (Plano anual de Treinamento) que contempla ações de capacitação a serem executadas no ano, visando ao desenvolvimento de competências fundamentais e específicas.

As ações de capacitação foram oferecidas através do Programa de Desenvolvimento Profissional, ficando a critério do empregado a escolha da instituição ou modalidade e o custeio de 50% do valor do curso voltado exclusivamente para sua área de atuação no Conselho.

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O CRA-SP tem sua força de trabalho representada por empregados contratados por concurso público e regidos pela CLT., bem como empregados nomeados para cargos em comissão. Complementam a força de trabalho do CRA-SP, os aprendizes (por força de lei) e estagiários de nível superior.

Os quadros a seguir apresentam, respectivamente, a lotação e as situações que alteram a força de trabalho da unidade.

Análise Crítica

A força de trabalho foi dimensionada de modo a impulsionar novos processos de trabalho, tendo como foco a funcionalidade de cada setor, frente as necessidades deste Regional.

Quadro 4 - Força de Trabalho e Quadro 5 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	77	6	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	77	6	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	75	4	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5. Menor Aprendiz - Contrato por tempo determinado	0	2	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	4	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	84	10	9

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	28	49
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	28	49
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	49

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.2.5. Menor Aprendiz - Contrato por tempo determinado	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	28	49

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

Os departamentos do CRA-SP possuem, dentre diversas funções, algumas que necessitam de especialistas para o seu exercício. Sendo assim, de acordo as necessidades estas funções são preenchidas através da nomeação em cargos de livre provimento, ou seja, cargos em comissão demonstrados no quadro abaixo.

Análise Crítica

Os cargos em comissão representam apenas 8% do quadro total. Estes cargos estão em áreas estratégicas que necessitam de especialistas no desenvolvimento de suas funções.

Quadro 6 - Cargos em Comissão

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	0	7	4	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	7	4	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	4	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	0	7	4	3

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

A composição do quadro atende satisfatoriamente às necessidades da unidade.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

O CRA-SP findou o exercício de 2015 com o quadro de pessoal totalizando 84 empregados; destes, 38% lotados nas áreas meios e 62% lotados nas áreas fins. Esta distribuição demonstra proporção adequada às necessidades da unidade.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Os cargos em comissão representam apenas 8% do quadro total. Estes cargos estão em áreas estratégicas que necessitam de especialistas no desenvolvimento de suas funções.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

As aposentadorias não impactam a força de trabalho visto não haver a obrigatoriedade de afastamento.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Não foram identificados afastamentos que causassem impactos nas atividades desenvolvidas.

8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Demonstrativo das despesas com pessoal

	2014	2015
Membros de poder e agentes políticos		
Vencimentos e Vantagens Fixas	5.680.752,91	5.116.833,11
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	1.054.503,90	930.964,84
Indenizações	225.143,80	231.463,84
Demais Despesas Variáveis	666.222,27	935.992,25
Decisões Judiciais	164.161,73	0,00
TOTAL	7.790.784,61	7.215.254,04

8.1.3 GESTÃO DE RISCOS

Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Os empregados efetivos contratados durante o exercício de 2015 foram admitidos por meio do Concurso Público nº 01/2014 realizado por este Conselho. Os empregados em Cargos em Comissão foram admitidos através de deliberação da Presidência formalizada através de Ato Administrativo. Ambos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Todas as obrigações legais trabalhistas são observadas no sentido de não incorrer em irregularidades.

8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

O CRA-SP não contrata mão de obra temporária

8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação será relatada juntamente com Sistemas no item 8.2.1.

8.2.1 SISTEMAS

-



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sumário

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3
1. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	3
1.1. PLATAFORMA ERP (Sistemas de Gestão Integrada):	3
1.1.1. OBJETIVOS: Plataforma sistêmica que faz a gestão dos processos de diversas áreas, como também todo o banco de dados de profissionais e empresas registradas no Conselho.	3
1.1.2. PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES: o sistema é composto por diversos módulos integrados, sobre um único núcleo de dados:	3
1.1.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: Equipe de TI CRA-SP e empresa prestadora de serviço: Implanta Informática;	4
1.1.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO: Welton Marques (Coordenador de TI); o atual website do Conselho, possui uma solução de Gestão de Conteúdos, onde são administradas todas as informações publicadas no portal.	4
1.1.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE: Diversas.	4
1.1.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE: Alta.	4
1.2. PLATAFORMA DE GESTÃO DE PESSOAS:	5
1.2.1. OBJETIVOS:	5
1.2.2. PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES:	5
1.2.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:	6
1.2.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO:	6
1.2.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE:	6
1.2.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE:	6
1.3. Site CRA-SP:	6
1.3.1. OBJETIVOS:	6
1.3.2. PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES:	6
1.3.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:	7
1.3.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO:	7



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

1.3.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE:	7
1.3.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE:	7
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)	7
2.1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE TI PARA 2016:	7
2.2. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI, ESPECIFICANDO OS TREINAMENTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS NO PERÍODO	9
2.3. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI E ESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO	10
2.3.1. QUANTITATIVO DE PESSOAS:	10
2.3.2. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA:	10
2.4. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO:	11
3. AÇÕES RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS.....	13
3.1. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	13
3.2. POLÍTICA DE SEGURANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PSTI)	14



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

1.1. PLATAFORMA ERP (Sistemas de Gestão Integrada):

1.1.1. **OBJETIVOS:** Plataforma sistêmica que faz a gestão dos processos de diversas áreas, como também todo o banco de dados de profissionais e empresas registradas no Conselho.

1.1.2. **PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES:** o sistema é composto por diversos módulos integrados, sobre um único núcleo de dados:

MÓDULO SISTÊMICO	DEPTOS. QUE UTILIZAM	DESCRIÇÃO
Agenda Financeira	Financeiro	<ul style="list-style-type: none">• Controle Financeiro de Contas a Pagar e a Receber;• Definição de um Plano de Contas Financeiro (diferente do plano de contas contábil);• Emissão do Fluxo de Caixa;• Impressão de cheques e de relações de crédito bancárias;• Emissão de Gráficos e Relatórios Financeiros;• Integração com o controle Orçamentário (SIPRO).
CCUSTO	Financeiro	<ul style="list-style-type: none">• Classificação das despesas orçamentárias utilizando centros de custos definidos pelo Conselho, inclusive com definição prévia de rateios para os custos fixos;• Emissão de relatórios e gráficos gerenciais de despesa para apoio às decisões;• Controle dos custos de realização dos eventos do conselho;• Emissão de gráficos e relatórios de gastos com realização de eventos;• Cruzamento dos dados de contas contábeis, centro de custos, orçamento etc.
SIPRO - contas a pagar e a receber e Orçamento	Financeiro	<ul style="list-style-type: none">• Controle orçamentário, empenhos ou compromissos de pagamento;• Controle de pagamentos realizados e a realizar;• Emissão de cheques, relações de crédito bancárias e agendamentos eletrônicos (Banco do Brasil);• Retenção automática de impostos de fornecedores de acordo com o ramo de atividade;• Controle de movimentações financeiras, adiantamentos e suprimentos de fundo;• Controle dos recebimentos de acordo com sua natureza contábil, por região;• Cálculo e contabilização automática dos repasses para o CFA e outras entidades.
Controle de Processos Fiscalizações	Fiscalização	<ul style="list-style-type: none">• Registro e controle dos dados relativos às fiscalizações de PF e PJ, registrando dados como: data da fiscalização, tipo, situação, fiscal, observações etc.;• Registro e controle dos dados relativos aos autos de infração, tais como número, data, valor, vencimento, data limite para recurso;• Registro e controle dos "itens" fiscalizados numa determinada diligência;• Registro e controle do histórico de ocorrências relativas à fiscalização;• Registro e acompanhamento da tramitação do processo de fiscalização nas unidades do Conselho;• Registro e controle dos andamentos (fases) do processo de fiscalização, bem como suas informações complementares.• Integração com o módulo cadastral, onde existe a informação se existe fiscalização ou não para determinado profissional;
Pedidos On-line: Compras e Almoxarifado	Gestão de contratos e Almoxarifado	<ul style="list-style-type: none">• Controle das solicitações das unidades do Conselho efetuadas via PEDIDOS ON LINE;
Controle de Almoxarifado	Almoxarifado	<ul style="list-style-type: none">• Controle do estoque de Almoxarifado (entradas e saídas);• Atendimento de pedidos efetuados através do módulo PEDIDOS ON-LINE;• Controle de consumo por período, unidade (setor) responsável pelo pedido etc;• Identificação dos itens por código de barras;



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

		Controle dos recebimentos de Ordens de Compra; • Controle de Inventário; • Emissão de Gráficos e Relatórios de Consumo;
SG - Contratos e Compras - controle de compras, contratos e licitações	Gestão de contratos, financeiro e Fiscais de contratos	• Controle das Ordens de Compras, Serviços, Contratos e Licitações; • Controle das solicitações das unidades do Conselho efetuadas via PEDIDOS ON LINE; • Montagem e acompanhamento dos Processos de Compras (Cotações); • Emissão das Ordens de compra e de Serviço; • Controle de todos os Contratos vigentes ou rescindidos; • Controle de Licitações (fases, modalidades, itens, propostas, etc); • Integração com o SG Almoxarifado e Orçamento;
SISCAFW (Cadastro)	Registro, Fiscalização, Atendimento/Cobrança, Seccionais, Financeiro, Contabilidade, TI, Secretaria, Relacionamento Acadêmico	• Efetua o controle cadastral e financeiro dos inscritos e não inscritos, além do controle de processos, fiscalizações, eleições, entidades, etc. • Mantem os dados cadastrais de não inscritos (empresas, escolas, outros Conselhos, órgãos da administração Pública, entidades de classes, fiscais); • Controle os dados financeiros dos inscritos (anuidades, renegociações, taxas etc) e dos não inscritos (taxas, honorários, Autos de Infração etc); • Controle de dívida ativa, com emissão das respectivas certidões e livros legais; • Emissão de boletos bancários e arquivos remessa para bancos ou outras entidades; • Baixa de pagamentos através de arquivos de retorno dos bancos; • Renegociação de dívidas dos inscritos, mantendo armazenados todo o histórico dos débitos;
SISCONT (Contabilidade)	Contabilidade	• Controle geral de todos os processos contábeis; Emissão de relatórios oficiais de acordo com as legislações pertinentes; Classificação contábil de receitas e despesas oriundas das anuidades e demais fontes;
SISDOC (Controle de Documentos)	Registro, Fiscalização, Atendimento/Cobrança, Seccionais, Financeiro, Contabilidade, TI, Secretaria, Relacionamento Acadêmico	• Controle de documentos de Entrada, Saída e Internos do Conselho; Controle de protocolo com emissão de recibo; Vinculação de docs. com cadastro de PF, PJ e outras pessoas; • Armazenamento e gestão de documentos digitais (imagens, documentos word, pdf, etc) com os documentos registrados no sistema; • Controle da tramitação dos documentos entre os setores e pessoas do Conselho; • Numeração automática dos documentos recebidos e expedidos por tipo de documento obedecendo o critério de origem (Saída, Interno ou Entrada); • Integrado aos módulos de Controle de Inscritos no Conselho – SISCAF, Controle de Processos e Fiscalização;
SISPAT (Patrimônio)	Contabilidade	• Cadastro dos bens patrimoniais (móveis e imóveis) do Conselho; • Controle das movimentações dos bens (unidades e responsáveis envolvidos); • Emissão dos Termos de Responsabilidade; • Gráficos e relatórios de itens por unidade, responsável, conta contábil e tipo; • Integração total com a contabilidade (incorporações e baixas patrimoniais).
SISCAFWEB (Serviços Online)	Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no Conselho	• Emissão de 2ª via de boletos bancários; • Atualização de dados cadastrais dos profissionais; • Renegociações; • Pré-inscrição de Profissionais com emissão de boleto das taxas devidas; • Emissão de certidões, com opção de emissão de boleto para pagamento de taxas;

- 1.1.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: Equipe de TI CRA-SP e empresa prestadora de serviço: Implanta Informática;
- 1.1.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO: Welton Marques (Coordenador de TI); o atual website do Conselho, possui uma solução de Gestão de Conteúdos, onde são administradas todas as informações publicadas no portal.
- 1.1.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE: Diversas.
- 1.1.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE: Alta.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

1.2. PLATAFORMA DE GESTÃO DE PESSOAS:

1.2.1. OBJETIVOS:

Conjunto de sistemas integrados, que controlam e gerem informações relativas aos colaboradores do Conselho, sejam Funcionários Celetistas, Estagiários e outros. Módulos que compõem a solução.

1.2.2. PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES:

O sistema é composto por diversos módulos integrados, sobre um único núcleo de dados:

MÓDULO SISTÊMICO	DESCRIÇÃO
Folha de Pagamentos;	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo gerenciar todos os processos ligados a folha de pagamentos, como:<ul style="list-style-type: none">- PROCESSAMENTO DAS DIVERSAS FOLHAS DE PAGTO. - Mensal CLT, Estagiário e Autônomo;- PROCESSO DE ADMISSÃO;- GERENCIAMENTO DE FÉRIAS;- GERENCIAMENTO DE BENEFÍCIOS;- AFASTAMENTO;- REMUNERAÇÃO;- MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL;- DESLIGAMENTO;- RELAÇÕES SINDICAIS;- CÁLCULO – FOLHA DE PAGAMENTO;- ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES;- CONTABILIZAÇÃO;- GERENCIAMENTO DE CENTRO DE CUSTO;- ROTINAS PERIÓDICAS (MENSAS E ANUAIS): Informe de rendimentos, DIRF, RAIS e etc.
Ponto Eletrônico;	<ul style="list-style-type: none">• Controle da frequência dos empregados. Administra e automatiza todo o tratamento e apuração do ponto, incorporando um grande número de recursos que auxiliam a área de Gestão de Pessoal na verificação das ocorrências na frequência dos empregados, assinalando os atrasos, saídas antecipadas, ausências, horas extras e por fim efetuando o cálculo que será utilizado para o pagamento ou desconto de horas dos empregados ou lançamento em banco de horas;• Integrado os sistemas de Folha de Pagamento;• A solução é integrada com os REP (Relógios Eletrônicos de Ponto), formato: Leitor biométrico USB; Relógio de ponto com um leitor de código de barras; Catraca com um leitor de código de barras;
Portal do Colaborador;	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo disponibilizar os serviços da área Recursos Humanos para seus colaboradores e gestores através da Internet ou Intranet;• Em uma Plataforma Web e totalmente integrado aos outros módulos da Solução de SGP (Folha de Pagamento, Recursos Humanos Gerencial e Pontos Eletrônico), o portal do Colaborador trabalha com informações permanentemente atualizadas;• Possibilita a descentralização das rotinas de recursos humanos, permitindo aos funcionários e gestores atuarem diretamente nos processos, através da Intranet.
Orçamento de Pessoal;	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo solução com capacidade de propiciar aos gestores a tomada de decisões importantes, com base em informações consistentes. O módulo de Orçamento de Pessoal deverá auxiliar o Conselho a otimizar os recursos humanos e planejar de forma eficiente os investimentos financeiros
Desempenho e Carreira;	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo a disponibilização de ferramentas que possibilitam o gerenciamento das posições de toda organização, ou parte dela, permitindo aos gestores a análise de aderência entre pessoas, cargos, equipes, a identificação dos gap's de competências, o aumento da capacidade de seus colaboradores para avaliar pontos fracos e fortes e consequentemente, ajudá-los a melhorar a proficiência das qualificações existentes ou adquirir novas qualificações, além de orientar e possibilitar a otimização dos investimentos em T&D e direcionar as ações do RH.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Segurança do Trabalho;	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo atuar em conformidade com as regulamentações de segurança do trabalho e, ao mesmo tempo, assegurar-se de que os custos operacionais não sejam onerosos são os desafios das organizações de todos os portes e segmentos.• Auxiliar o Conselho na melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, aumentando a produtividade individual, além de possibilitar a tomada de ações preventivas para a eliminação dos riscos e acidentes no ambiente de trabalho.
Medicina Ocupacional.	<ul style="list-style-type: none">• Este módulo tem como objetivo aderir às regulamentações de saúde ocupacional e, ao mesmo tempo, reduzir custos operacionais.• O módulo de Medicina Ocupacional deverá auxiliar o Conselho na melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, aumentando a produtividade individual e reduzindo as doenças profissionais relacionadas ao ambiente de trabalho.

1.2.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Equipe de TI CRA-SP e empresa prestadora de serviço: Datamace Informática;

1.2.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO:

Welton Marques (Coordenador de TI);

1.2.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE:

Recursos Humanos,

1.2.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE:

Alta.

1.3. **Site CRA-SP:**

1.3.1. OBJETIVOS:

O atual website do Conselho, possui uma solução de Gestão de Conteúdos, onde são administradas todas as informações publicadas no ambiente Web.

1.3.2. PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES:

- **EDIÇÃO E CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS:** O conteúdo gerenciável para a inclusão de informações em textos e imagens, bem como uploads de documentos;
- **WORKFLOW DE PUBLICAÇÃO:** workflow de processos, ou seja, **USUÁRIOS COMUNS** têm permissões de criar e/ou editar conteúdos, porém não tem permissão de publicar as informações. Para a publicação somente **USUÁRIOS AVANÇADOS** poderão aprovar este conteúdo e disponibilizá-los no portal;
- **UTILIZAÇÃO DE TEMPLATES:** Utilização de *templates* (modelos) de páginas;
- **VERSIONAMENTO DE CONTEÚDO:** Recurso que possibilite o armazenamento de versões anteriores do conteúdo, assim de fácil restauração de páginas editadas erroneamente;



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

- **AGENDAMENTO DE PUBLICAÇÃO:** Recurso que possibilite a criação dos conteúdos, porém a publicação da versão da página só ficará ativa no período programado;
- **GERENCIADOR DE MENUS:** Recurso que permite a criação de menus dinâmicos em árvore de forma automatizada. Possibilitando editar ou remover um item dos menus do Portal;

1.3.3. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Equipe de TI - desenvolvimento de sistemas;

1.3.4. RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO:

Welton Marques (Coordenador de TI);

1.3.5. ÁREAS DO CONSELHO QUE UTILIZAM DIRETAMENTE:

Recursos Humanos,

1.3.6. CRITICIDADE PARA A UNIDADE:

Alta.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

2.1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE TI PARA 2016:

CLASSIFICAÇÃO	Soma de Valor Estimado (ano)
COMPUTADORES	R\$ 204.880,00
EQUIPAMENTOS	R\$ 109.200,00
IMPRESSÃO	R\$ 138.000,00
INFRAESTRUTURA	R\$ 130.500,00
MANUTENÇÃO E REPAROS	R\$ 20.000,00
TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 158.000,00
SOFTWARES	R\$ 159.968,00
PROJETOS	R\$ 235.000,00
ITENS DIVERSOS	R\$ 55.000,00
E-MAIL E SITE	R\$ 140.000,00
REGISTRO	R\$ 203.000,00
SERVIDORES	R\$ 62.000,00
PAGTOS ONLINE	R\$ 100.000,00
Total Geral	R\$ 1.715.548,00



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

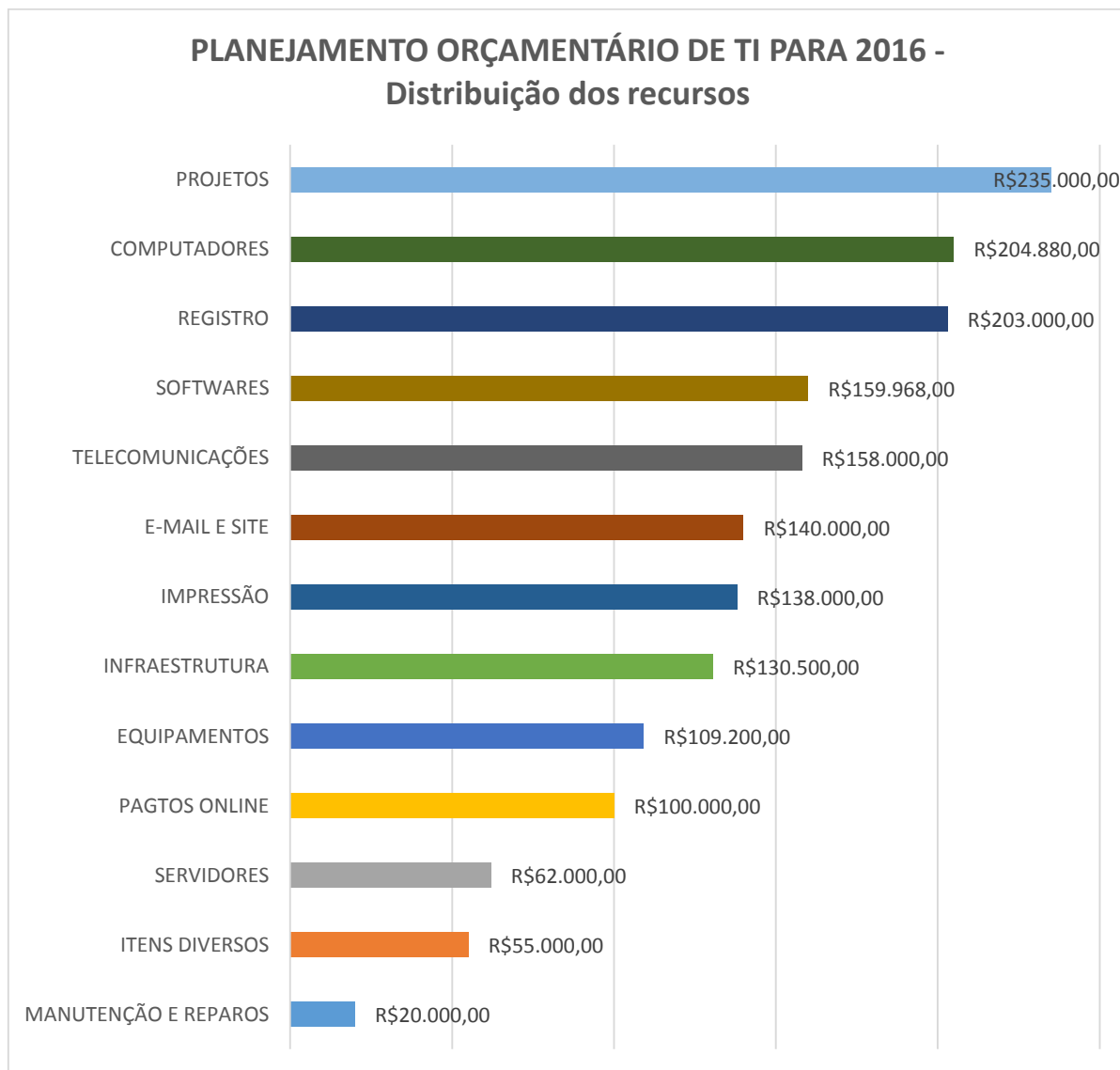


Gráfico 1: distribuição dos recursos por itens



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

2.2. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI, ESPECIFICANDO OS TREINAMENTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS NO PERÍODO

TREINAMENTO	CARGA HORÁRIA	FUNCIONÁRIO	TIPO DE CURSO
Infraestrutura de Sistemas ERP (sistemas de gestão empresarial);	40	Welton Marques	PRESENCIAL
Oracle Database 11g: Introduction to SQL 2.0	24	Welton Marques	PRESENCIAL
Oracle Database 11g: Administration Workshop I 2.0	30	Welton Marques	PRESENCIAL
Oracle Database 11g: Administration Workshop II 2.0	30	Welton Marques	PRESENCIAL
Fundamentos em Gerenciamento de Serviços de TI - ITIL v.3 2011	24	Welton Marques	EAD
Certificação: ITIL® Foundation Certificate in IT Service Management	-	Welton Marques	CERTIFICAÇÃO
20410A: Installing and Configuring Windows Server 2012	40	Alberto Hipocreme	PRESENCIAL
20411A: Administering Windows Server 2012	40	Alberto Hipocreme	PRESENCIAL
20412A: Configuring Advanced Windows Server 2012 Services	40	Alberto Hipocreme	PRESENCIAL
20687 - Configuring Windows 8	40	Alberto Hipocreme	PRESENCIAL
20688 - Managing and Maintaining Windows 8	40	Alberto Hipocreme	PRESENCIAL
20410A: Installing and Configuring Windows Server 2012	40	Leandro Gomes	PRESENCIAL
20411A: Administering Windows Server 2012	40	Leandro Gomes	PRESENCIAL
20412A: Configuring Advanced Windows Server 2012 Services	40	Leandro Gomes	PRESENCIAL
PMP (Project Management Professional)	40	Welton Marques	PRESENCIAL
SCRIPCASE - construção de gráficos e dashboards	6	Welton Marques;	PRESENCIAL
		Thiago Freitas;	
		Lucas João.	

TOTAL CARGA HORÁRIA CURSOS 2015	514
--	------------



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

2.3. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI E ESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO

2.3.1. QUANTITATIVO DE PESSOAS:

6 funcionários efetivos, concursados;

2.3.2. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA:



Figura 1: Processos de trabalho

DESCRIÇÃO PROCESSOS E COLABORADORES:

FUNÇÃO / PROCESSO	DESCRIÇÃO	NOME
COORDENAÇÃO	- Atuar em nível estratégico e buscar soluções que assegurem a eficiência dos recursos tecnológicos do CRA-SP;	- Welton Marques.
INFRA-ESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	- Atuar em Projetos ligados à Infraestrutura de TI, manter o ambiente tecnológico em funcionamento e tratar todos os aspectos ligados a Segurança da Informação;	- Leandro Gomes; - Rodrigo Carvalho.
SUORTE A USUÁRIOS E INFRA-ESTRUTURA COMPUTACIONAL	- Atuar diretamente com Suporte aos usuários e infraestrutura de TI;	- Alberto Hipocreme.
DESENVOLVIMENTO E GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO – NÍVEL SÊNIOR	- Atuar em Projetos ligados à Sistemas de Informação, manter sistemas em funcionamento e suporte em sistemas a usuários;	- Lucas João; - Thiago Freitas.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

FORNECEDORES	- Empresas contratadas para atuar como especialistas em diversos serviços prestados pela unidade TI;	PRINCIPAIS FORNECEDORES DE SERVIÇOS (NOME / SERVIÇO):
		3CORP: Sistema integrado de Telefonia (PABX); ALERTA SECURITY: solução integrada de segurança (Firewall); AMC INFORMÁTICA: Serviço de Impressão; DATAMACE: Plataforma de Gestão de Pessoas; DNA TECNOLOGIA: Plataforma mobile e WEB para Revista do Adm. Profissional; GVT: Link de Internet Sede; IMPLANTA: Sistema de Gestão Integrada (ERP); LOCAWEB: Plataforma de E-mails e hospedagem do Site; MANTIS: Rede de Internet sem Fio (Wireless) para Visitantes e Eventos; SERASA: Plataforma de E-mail Marketing; VIVO: Link de Telefônica E1, tronco principal da sede;

2.4. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO:

PROJETO	RESULTADOS
SOLUÇÃO DE TELEFONIA PARA SEDE DO CONSELHO	Projeto no qual visa oferecer recursos de Telecomunicações com maior poder tecnológico, trazendo facilidades e controle aos canais de comunicação do Conselho, aumentando assim a qualidade no atendimento ao Administrador e demais aos registrados no CRA-SP. Os recursos implementados: 1. Central Telefônica PABX IP; 2. Aparelhos telefônicos IP, conectados à rede de computadores, estes aparelhos trarão recursos e versatilidade para o seu uso no ambiente do Conselho; 3. Software de CALL CENTER, para monitoramento das ligações que entram ou são abandonadas pelo tronco principal (3087-3200); 4. Sistema de Gravação de voz, para gravação dos atendimentos realizados pelo <i>Call Center</i> ; 5. Solução de Tarifação, para controle dos gastos;
RELAÇÃO INFORMATIZADA DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO PARA APROVAÇÃO EM PLENÁRIA	O projeto objetivou a automação da atividade de geração da listagem de processos de fiscalização a serem encaminhados para as reuniões Plenárias. A partir dos andamentos inseridos no processo de fiscalização pelos Assistentes, Analistas, Fiscais, Coordenadores, sejam da Sede ou das Seccionais, o sistema gera automaticamente a relação de processos a serem analisados pela Plenária;
FORMULÁRIO DA AUTORIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ARTE):	Desenvolvido pela equipe interna do Conselho, esta ferramenta foi implantada junto ao nosso site, e consiste em coletar e gerenciar os pedidos por Autorização de Responsabilidade Técnica Específica, que é o instrumento através do qual o profissional em determinada área da Administração, com registro no CRA-SP e em dia com as suas obrigações, registra atividades que estão sob a sua responsabilidade técnica;
EXTRANET	Plataforma Web desenvolvida pela equipe interna, que tem como objetivo ser um canal de hospedagem de sistemas internos e que controlam atividades diárias do Conselho;
INDICADORES UNIFICADOS	A partir da implantação dos Processos de Trabalho por parte da FUNDAP, foi possível que as áreas pudessem definir claramente os seus indicadores de performance, e a continuidade deste trabalho foi automatizar a geração destes números. Sendo assim, o setor de tecnologia trabalhou junto aos Supervisores das principais áreas e desenvolveu a metodologia de apuração dos dados para os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • Registro: Números de registros e cancelamentos; • Cobrança: Nível de Inadimplência Geral ou por unidades (sede e seccionais); • Relacionamento Acadêmico: Desempenho Global PRA e efetividade do Recolhimento de inscrições; • Fiscalização: Resultado gerado pelos Processos de Fiscalização, Instauração de novos,



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

	tempo médio em que os processos ficam abertos;
DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Foi criada uma estrutura de banco de dados e ferramentas sistêmicas para armazenar mais de 300 mil páginas de documentos digitalizados, além de arquivos de fotos, digitais e assinaturas dos Administradores e Empresas registradas no Conselho. Toda esta gama de dados foi importada para dentro do nosso sistema de gestão empresarial. Hoje, informações que eram espalhadas por diversas aplicações (muitas delas de fornecedores que nem temos mais acesso), foram unificadas junto aos cadastros de Pessoa Física e Jurídica;
MELHORIAS E ATUALIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• NOVOS COMPUTADORES: Substituição dos equipamentos com garantia vencida instalados na rede computacional do Conselho. Departamentos contemplados: Ampliação da Fiscalização, Auditoria, Ouvidoria, Supervisão Seccionais, Atendimento Presencial, Cobrança, Fiscalização, Registro;• SERVIDORES DE REDE: Aumento da capacidade de armazenamento e eficácia dos sistemas internos.• NOBREAKS PARA OS POSTOS DE ATENDIMENTO: Os computadores dos setores de Atendimento ao Cliente, Cobrança e Registro receberam estes equipamentos objetivando maior segurança e proteção aos dados armazenados nestas máquinas;• LEITORES DE CÓDIGO DE BARRAS: implantação destes equipamentos no setor Financeiro, com o objetivo de agilizar atividade diária de pagamentos;• CATRACA PARA PORTARIA: Condução do processo licitatório que viabilizou a compra e implantação da nova catraca para a portaria. O equipamento adquirido possui diversos recursos que possibilitam melhor gestão e controle do acesso às dependências do Conselho;
PLATAFORMA GOOGLE	O departamento de TI ampliou o uso das ferramentas do Google Apps, com foco na integração entre os departamentos da Sede e Seccionais. Através da ferramenta Hangout, o Conselho passou a realizar frequentemente reuniões virtuais (videoconferência). <ul style="list-style-type: none">• BENEFÍCIOS:<ul style="list-style-type: none">o REDUÇÃO DE CUSTOS: a necessidade por deslocamentos ficou menor, pois através da Tecnologia, colaboradores de unidades instaladas em cidades do interior de SP, podem participar de atividades que acontecem da sede do CRA-SP sem a necessidade de vir a São Paulo;o MAIOR EFICIÊNCIA: A ferramenta também trouxe agilidade aos processos de trabalho e decisões, pois a comunicação passou a ser instantânea entre todos, independentemente, de onde cada um estiver.
REDE WIRELESS SEDE DO CONSELHO (PRIVADA E CONVIDADOS)	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de rede sem fio (wireless) nos auditórios, recepção, plenária e demais áreas internas do Conselho, para Administradores e demais convidados de eventos;• Serviço nos moldes dos hotspots, disponíveis, por exemplo, em Hotéis e aeroportos, em que disponibilizou aos Registrados do CRA-SP e demais convidados, navegação a internet;• O serviço também conta com a preocupação em proteger o Conselho contra o uso indevido do acesso à web através do link da empresa, onde todo usuário do recurso é obrigado a efetuar um cadastro com o seu CPF e demais informações pessoais;• Este registro das condições ao CRA-SP de ter todo o controle de acesso, conforme preceitos legais (Lei Estadual 12.228/2006, que dispõe de acesso à internet a redes sem fio);
DIGITALIZAÇÃO DE REVISTA ADMINISTRADOR PROFISSIONAL PARA TABLETS, SMARTPHONES E WEB:	Disponibilização eletrônica deste periódico, para o Website do CRA-SP e também para equipamentos móveis (smartphones e tablets), melhorando assim os nossos canais de comunicação, como também facilitando o acesso aos conteúdos desenvolvidos pela entidade. Este novo formato de publicação do nosso periódico, trouxe vantagens ao Conselho nos seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">• Aplicação do Nome do CRA-SP a nível mundial: com a publicação do aplicativo nas lojas digitais da Apple (Apple Store) e do Google (Google Play) o acesso a revista passou possível a qualquer pessoa no mundo;• O acesso ao conteúdo da Revista Administrador Profissional ganhou uma forma mais tecnológica e moderna;
SISTEMAS PARA PESQUISAS DE SATISFAÇÃO: Atendimento Presenciais e Telefônicos	Disponibilização de duas plataformas: <ul style="list-style-type: none">• TELEFÔNIA: Com o objetivo de ser uma ferramenta de medição da qualidade dos atendimentos telefônicos, o sistema roda sobre a plataforma da URA, ligada ao PABX; este será um processo, que, de forma induzida, o Adm. e demais públicos atendidos pelo setor de Atendimento / Cobrança, respondem: "Avalie o nosso atendimento, digitado: 1 péssimo; 2 ruim; 3 regular; 4 bom; ou 5 Ótimo; "



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Solução tem como objetivo de ser uma ferramenta que mede a qualidade dos atendimentos presenciais, que, de forma induzida, os administradores e demais públicos atendidos na nossa sede, responderão com notas que vão 1 a 5, o seu grau de satisfação sobre os serviços prestados pelo Conselho, através de aparelhos conectados aos computadores dos Atendentes;

3. AÇÕES RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS

3.1. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

3.1.1. Estratégia de Backup

- Backup diário: consiste na gravação diária dos arquivos de backup de todos os sistemas e também dos diretórios de arquivos de todos os departamentos em fitas do padrão LTO. Este processo é realizado sempre ao final de cada dia útil, e o período de retenção desta fita é de 01 (um) mês;
- Backup mensal: consiste na gravação mensal dos arquivos de backup de todos os sistemas e também dos diretórios de arquivos de todos os departamentos em fitas do padrão LTO. Este processo é realizado sempre ao final do último dia útil de cada mês, e o período de retenção desta fita é de 01 (um) ano;
- Backup anual: consiste na gravação anual dos arquivos de backup de todos os sistemas e também dos diretórios de arquivos de todos os departamentos em fitas do padrão LTO. Este processo é realizado sempre ao final do último dia útil do ano, e a retenção desta fita é permanente.

3.1.2. Projeção de rede: solução que atua na camada de rede, baseada na tecnologia *UTM (Unified Threat Management)*, é responsável por centralizar, em um único painel, todas as ações e ferramentas de gerenciamento as ameaças e vulnerabilidades na rede do Conselho. Sendo que os principais recursos são:

- Firewall, para o controle de todo o tráfego de dados que entra e sai da rede do Conselho;
- Filtragem e autenticação de conteúdo Web, acessados a partir da rede interna;
- Prevenção contra ameaças e vulnerabilidades;
- Controle de banda (ou link) de internet;



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

- Serviços de integração entre a Sede e as Seccionais;
- Monitoramento de redes, sistemas e usuários;
- Geração de relatórios para: Sites mais acessados, Sites bloqueados, Consumo de Link, Top usuários, Sistemas mais utilizados e etc.

3.1.3. Equipamentos conectados (Antivírus): Solução que atua diretamente nos Antivírus para desktops e servidores de arquivos examinando e bloqueando ameaças. É composta pelos seguintes recursos:

- Segurança da Web para navegação segura em Bancos e demais destinos;
- Filtragem da Web para bloquear sites indesejados;
- Proteção e varredura de e-mails para bloquear ataques de spam;
- Atualizações automáticas
- Gerenciamento centralizado através da WEB

3.2. **POLÍTICA DE SEGURANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PSTI)**

3.2.1. O CRA-SP possui implementada e em vigência a PSTI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do CRA-SP para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. E é, portanto, cumprida e aplicada em todas as áreas da instituição;

3.2.2. A presente PSTI está baseada nas recomendações propostas pela norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, reconhecida mundialmente como um código de prática para a gestão da segurança da informação, bem como está de acordo com as leis vigentes em nosso país;

3.2.3. Tal documento encontram-se disponível na intranet do CRA-SP, na seção Sistema da Qualidade, registrada com a seguinte nomenclatura: *"IN.01.02.C - Política de Segurança de Tecnologia da Informação"*;

3.2.4. Principais tópicos da PSTI:

- Definições;
- Padrões e recomendações;
- Abrangência e aplicação da PSTI;
- Usuários e ativos de TI;
- Incidentes de Segurança;



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

- Medidas disciplinares;
- Gerenciamento da PSTI;
- Planejamento, definições e implementação dos controles de segurança;
- Monitoramento, controle de acesso e da Segurança da Informação;
- Responsabilidade dos usuários dos ativos de TI;
- Da formalização de contratos e convênios;



9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TCU

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015 o CRA-SP recebeu do TCU, duas solicitações de ajustes de inconsistências detectadas no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014, sendo:

- Complemento de informações sobre o Organograma Funcional; e
- Informações sobre a “Desoneração da Folha de Pagamento”

Ambas foram tratadas, sendo que para uma houve o pleno atendimento e para outra, as medidas cabíveis foram tomadas e estão em andamento até resolução definitiva das questões.

9.2 INTERNO

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Sem dados a informar pois no exercício de 2015 não houve recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

No ano de 2015 não ocorreram fatos que demandassem danos ao CRA-SP e por consequência, não houve a necessidade de adoção de medidas administrativas.

COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS

PARECER CPTC Nº 15/2015

Esta Comissão, dentro das suas atribuições e Competências, após análise dos valores e documentos que compõem a "Prestação de Contas do Exercício de 2015", apresenta os resultados constatados:

- a) As receitas previstas no exercício foram de R\$ 29.196.000,00, das quais foram realizadas R\$ 25.866.617,11, que representam 88,59% do total previsto;
- b) As despesas fixadas no exercício foram de R\$ 29.196.000,00 das quais foram liquidadas no período R\$ 20.029.650,15 que representam 68,60% sobre as fixadas, mais R\$ 378.723,46 empenhadas (restos a pagar não processado), cuja liquidação se dará no exercício de 2016, que representam 1,30% sobre as fixadas; as despesas somam assim R\$ 20.408.373,61, 69,90% sobre as fixadas; O percentual não realizado nas despesas do exercício foi em decorrência de projetos que não ocorreram tais como: a reforma dos imóveis, a contratação de novos funcionários e outros materiais e serviços previstos e não contratados;
- c) A administração do fundo de caixa, em 2015, proporcionou um acréscimo de 20,88% nas disponibilidades financeiras sobre as de 31/12/2014 (Ativo Financeiro) na ordem de R\$ 4.952.515,19;
- d) No exercício de 2015 o resultado patrimonial, apurado nas Variações Patrimoniais foi de superávit no valor de R\$ 11.431.424,15, dos quais R\$ 5.458.243,50 se refere ao superávit orçamentário do exercício.
- e) No Balanço Patrimonial de 2015 apurou-se um superávit de R\$: 11.305.253,86, portanto R\$ 126.170,29 menor que o superávit apurado pelas Variações Patrimoniais do exercício. Isto ocorreu em razão de em 2015 o CRA-SP ter promovido mudança na política contábil relacionada ao controle de materiais de consumo, implantando o controle de sistema de almoxarifado, tendo sido necessário proceder a um ajuste de exercícios anteriores no Resultado Patrimonial Acumulado no valor de R\$ 126.170,29, referente ao inventário dos materiais de consumo em estoque, adquiridos em outros exercícios e não consumidos.

O processo de Prestação de Contas do exercício de 2015, juntamente com a documentação física que deu causa, foi analisado por esta Comissão, em estrita observância às normas legais, adotando na íntegra os critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Podemos concluir que houve efetivo trabalho de

controle financeiro, econômico e administrativo por parte da Diretoria do CRA-SP, tendo a Prestação de Contas de 2015 recebido parecer favorável à aprovação.

Desta forma, esta Comissão propõe que a "Prestação de Contas do Exercício de 2015" com o "Relatório de Gestão da Administração de 2015" sejam aprovados pelo Plenário do CRA-SP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

Adm. Alberto Emmanuel de Carvalho Whitaker
Coordenador da CPTC
CRA-SP nº 2724

Adm. Marco Antônio Sampaio de Jesus
Membro da CPTC
CRA-SP nº 26941

Adm. Paulo Gaspar Schlittler
Membro da CPTC
CRA-SP nº 52727

EXTRATO DA ATA DA 4313ª REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PRESENTES: Conselheiros Efetivos: Roberto Carvalho Cardoso, João Luiz de Souza Lima, Paulo Gaspar Schlittler, Mauro José Aita, Silvio Pires de Paula e Francisco Rafael Pescuma. Conselheiros Suplentes no Cargo de Efetivo: Fernando de Carvalho Cardoso e Luiz Carlos Marques Ricardo. Conselheiros Suplentes convidados: Ana Akemi Ikeda, Rogerio Fernando de Goes, José Vicente Messiano, Antonio Carlos Cassarro e Silvio José Moura e Silva

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Idalberto Chiavenato e Walter Sigollo.

CONVIDADOS: Marcos Fernando Prado de Siqueira, Sérgio Policastro, Luís Fernando Rocha Simonetti Pereira e Karla Cabral Peixoto de Souza - da Receita Federal na 8ª Região Fiscal.

Às 12h30 foram abertos os trabalhos com a Presidência do Conselheiro Roberto Carvalho Cardoso, e secretariado pelo Conselheiro Paulo Gaspar Schlittler tratando dos seguintes assuntos:

Ata da reunião Deliberativa anterior: nº 4311ª aprovada por todos.

Assuntos Diversos:

- (...)O Cons. Alberto Emmanuel de C. Whitaker apresentou o balancete do mês de dezembro de 2015, com parecer pela aprovação da Comissão de Tomada de Contas. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade.
- Em seguida o Cons. Alberto Emmanuel de C. Whitaker apresentou a prestação de contas do exercício de 2015, com parecer pela aprovação da Comissão de Tomada de Contas. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade.

Declaro ser o texto transcrição fiel de trecho da Ata lavrada no livro de Atas deste CRA-SP

Adm. Roberto Carvalho Cardoso
CRA-SP nº 0097
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Brasília, 18 de março de 2016.

À
DD. Diretoria do
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2015 e o respectivo demonstrativo das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Regional é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Regional para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Regional. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas e a Lei nº 4.320/64, e também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.1 a 16.10).



Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Conselho Regional de Administração de São Paulo

Exercício de referência: 2015

Data da conclusão: 30/05/2016

Hora da conclusão: 09:45:39

Responsável pela conclusão: Luiz Carlos Silva - CPF: 058.872.598-68

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2015 da unidade prestadora de contas Conselho Regional de Administração de São Paulo foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - SECEX-SP

Em 01/06/2016